

Lula: “essa é uma decisão de Estado”

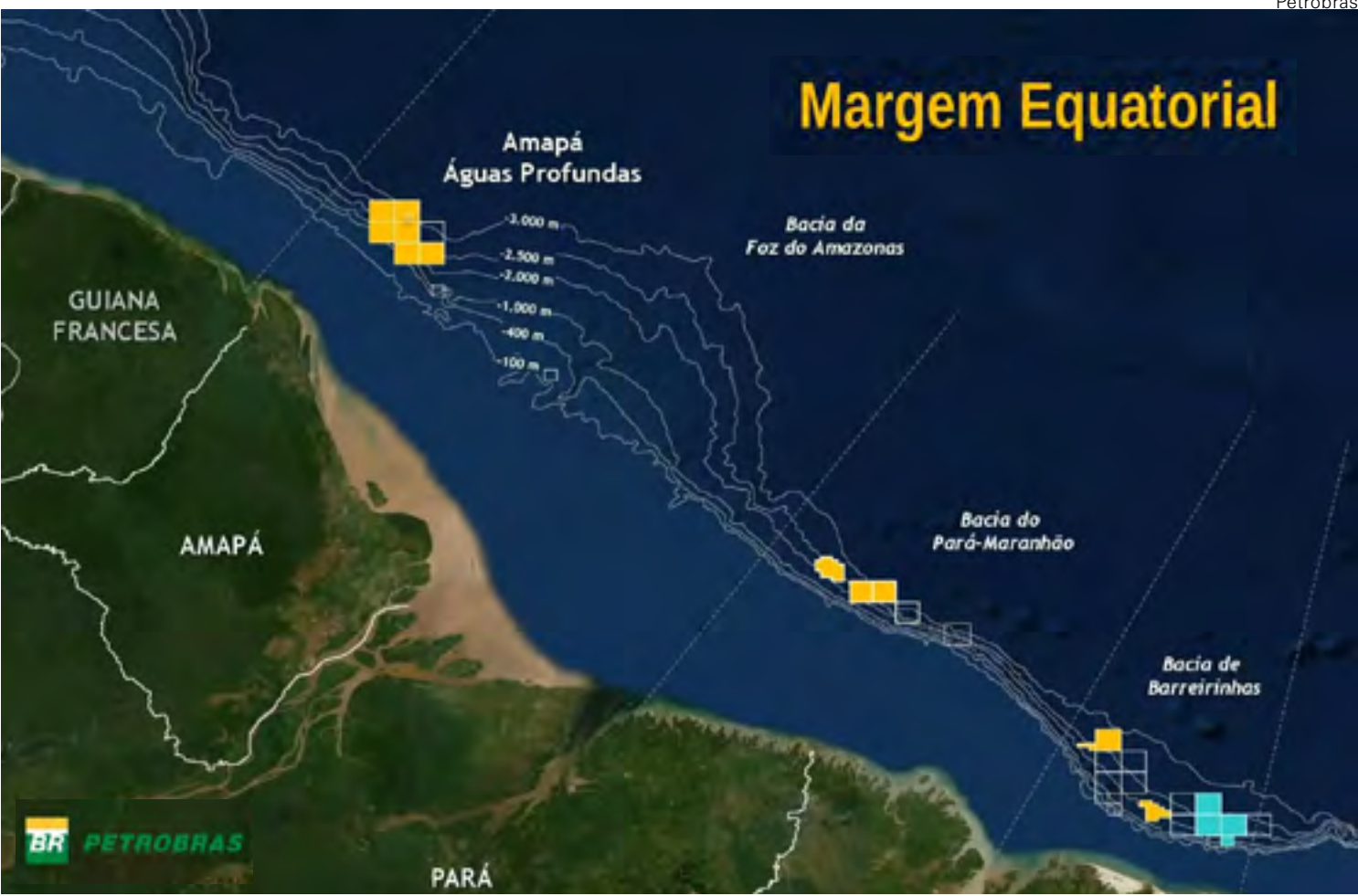
“Se tiver petróleo na

Margem Equatorial,

ele será explorado”

Petrobrás é campeã em meio ambiente. Área está 530 km da foz amazônica

O presidente Lula afirmou que o Amapá pode “continuar sonhando” com a exploração de petróleo na Margem Equatorial, mesmo após o Ibama estabelecer o cumprimento de exigências para uma perfuração segura do poço na região. “Eu acho que é uma decisão muito importante que o Estado brasileiro tem que tomar, mas o que a gente não pode é deixar de pesquisar. Primeiro nós temos que pesquisar, temos que saber que tem aquilo que a gente pensa que tem, e quando a gente achar [petróleo], a gente vai tomar uma decisão”, prosseguiu Lula. **Página 3**



HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.917 9 a 15 de Agosto de 2023

★

★

★

★

★

Divulgação



“Biden pode dar início à Terceira Guerra Mundial”, alerta Oliver Stone

O presidente dos EUA, Joe Biden, está seguindo um curso “suicida” na Ucrânia e pode “estupidamente levar os EUA a um confronto” com a Rússia, afirmou o laureado cineasta Oliver Stone. **Página 7**

Juros de Campos Neto garante super lucro ao Bradesco

Lucro líquido de R\$ 4,518 bilhões no segundo trimestre de 2023, aumento de 5,6%. **P. 2**

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Benevides: BC cometeu grave erro em manter juros alto tanto tempo



Afirmção foi na abertura da 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, do PCdoB, realizada na BA

Luciana: “Frente ampla forjou a unidade nacional pela abolição”

“Não é possível tratar da luta pelo desenvolvimento nacional sem tratar da luta antirracista”, afirmou a presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, na abertura da 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, realizada pelo partido no último dia 4. Fazendo um resgate histórico do processo de formação da nação brasileira, Luciana ressaltou “a grande frente democrática, foi uma grande frente ampla, que se estabeleceu para se constituir uma unidade nacional pela abolição.” **Pág. 5**

“BC continua tomando decisões extremamente equivocadas, na medida em que ele continua mantendo a maior taxa de juros reais do mundo”, afirmou o deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE). Para ele, “não dá para comemorar” a redução de meio ponto percentual na taxa básica de juros: “o BC, em minha opinião, continua cometendo graves erros na condução da fixação desse instrumento fundamental para o crescimento da nossa economia”. **Pág. 2**

Rolo com Rolex pega faz-tudo de Bolsonaro pelo pé

E-mails mostram Mauro Cid tentando vender um Rolex cravejado de platina e diamantes por R\$ 300 mil. Investigadores suspeitam de que se trata, não de um simples desvio de joias, mas de um esquema de tráfico internacional de joias. **Pág. 3**

Pigmeu Zema se compara a vaca e ataca o Brasil

O “puxadinho” do bolsonarismo quis aparecer atacando o Nordeste. Se comparou a uma vaca que produz muito e recebe pouco, destilando ódio aos pobres. **Página 3**

Sanção dos EUA inicia desindustrialização da Alemanha



Juro alto é barreira ao crescimento do país que tem que ser superada já, afirmam economistas

Em debate promovido pelo Observatório da Democracia, na segunda-feira (31), economistas e sindicalistas denunciaram que o Banco Central (BC), comandado por Roberto Campos Neto, está boicotando a retomada da economia, ao seguir mantendo o nível do juro elevado no Brasil. O encontro foi mediado pela advogada Amanda Sobreira, diretora da Fundação João Mangabeira, do PSB.

No debate, intitulado Contra os juros altos, pelo desenvolvimento, organizado por Fundações partidárias, participaram o professor da Universidade de Brasília (UNB) José Luís Oreiro, pela Fundação João Mangabeira; o professor da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) Nilson Araújo de Souza, pela Fundação Maurício Grabois e o Instituto Cláudio Campos; o vice-presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), René Vicente, e o economista e ex-deputado federal Constituinte pelo PT, Virgílio Guimarães, pela Fundação Perseu Abramo.

Ao destacar que a inflação no Brasil não foi causada por excesso de demanda, mas pela elevação dos preços dos alimentos, energia e insumos industriais, consequência dos eventos da pandemia de Covid-19 e da guerra entre Rússia e Ucrânia, o economista José Luís Oreiro afirmou que, diante destes eventos circunstanciais, já em meados de 2022 a inflação começou a cair no Brasil e no mundo, e agora em junho de 2023 a inflação fechou em 3,18%.

“Essa inflação foi um fenómeno transitório, é um fenómeno causado por um choque de oferta”. Os bancos centrais no mundo inteiro reagiram aumentando juros. Mas, o que chama a atenção, é que no caso brasileiro, é que nós fomos os primeiros a aumentar os juros e aumentamos muito, mais do que os outros bancos centrais. Agora que o Federal Reserve (FED), que é o Banco Central americano, elevou a taxa de juros para cinco e meio por cento. Que é menos da metade da taxa de juros brasileira. Eles [os EUA] estão com uma inflação bem maior do que nós”, lembrou o economista.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/juro-alto-e-a-barreira-ao-crescimento-do-pais-que-tem-que-ser-superada-ja-dizem-economistas/>

Preço da cesta básica recua em 13 capitais

O preço da cesta básica voltou a cair na maior parte das capitais do Brasil em julho, mas ainda compromete mais de 50% do salário-mínimo na maioria. Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o conjunto de produtos que compõem a cesta caiu em 13 das 17 cidades. EAs maiores quedas

foram identificadas em Recife (-4,58%), Campo Grande (-4,37%), João Pessoa (- 3,90%) e Aracaju (-3,51%). Em Porto Alegre, houve alta de 0,47% – sendo a única capital onde o preço da cesta subiu.

O trabalhador remunerado pelo salário mínimo comprometeu, em média, 54,61% da renda líquida para comprar os produtos alimentícios básicos.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@vahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

BC cometeu grave erro com o juro alto por longo período, diz deputado



Deputado federal Mauro Benevides Filho: “ainda não dá para comemorar”

Balanço da Petrobrás abre espaço para mais redução dos preços, apontam especialistas

“Lucro de 28 bi em um único trimestre, um dos maiores na história da empresa, projetando 112 bi no ano, é extraordinário”, aponta Aurélio Valporto, presidente da Abradin. Cláudio da Costa Oliveira, ex-funcionário da Petrobrás, defende que uma parte maior da renda do petróleo vá para o pagamento de participação especial do setor”, completou Valporto.

A divulgação, nesta quinta-feira (3), do resultado financeiro da Petrobrás no segundo trimestre do ano, com um lucro líquido de R\$ 28,78 bilhões revela, segundo especialistas do setor, que a empresa é muito lucrativa e que há espaço para mais reduções nos preços dos derivados, ao contrário do que diz o lobby dos importadores de combustíveis, de que haveria uma suposta “defasagem” com os preços internacionais.

“O Lucro apresentado pela Petrobrás demonstra que não há qualquer defasagem, pelo contrário, suas margens continuam abusivas e lesivas ao país”, diz o economista. “De fato basta olhar os preços nas bombas nos países grandes produtores e exportadores de petróleo, na Rússia é metade do cobrado aqui no Brasil. Na Arábia Saudita o Diesel é 1/5 do nosso preço”, argumenta Valporto.

“O Lucro apresentado pela Petrobrás demonstra que não há qualquer defasagem, pelo contrário, suas margens continuam abusivas e lesivas ao país”, diz o economista. “De fato basta olhar os preços nas bombas nos países grandes produtores e exportadores de petróleo, na Rússia é metade do cobrado aqui no Brasil. Na Arábia Saudita o Diesel é 1/5 do nosso preço”, argumenta Valporto.

Segundo o economista, “antes da adoção da política paridade de preços de importação, lucros como este, divulgado na última quinta-feira (3), eram comemorados como formidáveis para o ano todo e não para um único trimestre”. “Isso significa que, longe de estar com preços defasados, a Petrobrás tem muita margem para queimar. De fato, como vimos acima, o Brasil pratica nas bombas os maiores preços entre os países autossuficientes e exportadores de petróleo”, prosseguiu.

“Como apenas uma pequena parcela dos refinados precisa ser importada, praticar internamente preços inferiores aos ditados pela Opep, não significa defasagem, e muito menos dizer que a Petrobrás está subsidiando os preços. O que aconteceria se ela estivesse tendo prejuízo”, argumentou o especialista.

“Mas, esse gigantesco lucro trimestral demonstra que a empresa está muito longe disso. Tem margem de sobra e pode baixar mais. O que seria muito bom para a economia e consequentemente para os acionistas das empresas que não são

CLÁUDIO DA COSTA: “MAIS RENDA DEVE IR PARA O ESTADO”

Por sua vez o economista e ex-funcionário da Petrobrás, Claudio da Costa Oliveira, além de avaliar o tamanho do lucro da Petrobrás, chama a atenção, em vídeo enviado ao HP, para o fato de que estes altos ganhos financeiros não estão tendo um destino adequado para o país.

Ao analisar o resultado financeiro da estatal, o economista e ex-funcionário da Petrobrás, destaca a capacidade de geração de caixa da empresa. Muito acima, segundo ele, das empresas semelhantes a ela.

Ele explica que geração operacional de caixa é o recurso que sobra depois que a empresa cobre todos os seus custos e suas despesas. “E o recurso que sobra para pagar os serviços da dívida, fazer investimentos e pagar dividendos”, diz ele.

Se analisarmos a geração operacional de caixa de empresas similares à Petrobrás no mundo, eu estou falando de Shell, Exxon, BP, a Total francesa, etc, vocês vão ver que essas empresas têm uma geração operacional de caixa que corresponde a 16% da receita bruta delas. No caso da Petrobrás, a empresa está gerando mais de 35% da receita bruta em caixa. Isto é mais do que o dobro das empresas similares”, explicou o especialista.

Claudio da Costa explica que um dos fatores que está gerando este alto resultado na geração operacional de caixa “é a isenção que foi dada às petroleiras do pagamento de participação especial na chamada área da cessão onerosa”. “Essa isenção foi dada em 2010”, lembrou ele, apontando que “ela tem que ser revogada imediatamente”. “Não existe nenhum motivo para existir essa isenção de participação especial na cessão onerosa”, argumentou o economista.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/balanco-da-petrobras-abre-espaco-para-mais-reducao-de-precos-apontam-economistas/>

“BC continua tomando decisões extremamente equivocadas, na medida em que ele continua mantendo a maior taxa de juros reais do mundo”, afirmou o deputado Mauro Benevides

O deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE) afirmou que “não dá para comemorar” a redução de meio ponto percentual na taxa básica de juros, conforme decidiu o Comitê de Política Monetária na quarta-feira (2), quando a Selic passou de 13,75% para 13,25%. “Nossa taxa básica de juros, a Selic, ainda continua sendo a maior do mundo. E o Banco Central, em minha opinião, continua cometendo graves erros na condução da fixação desse instrumento fundamental para o crescimento da nossa economia”, comentou o deputado em seu Twitter.

Em discurso no Plenário da Câmara, Mauro Benevides ressaltou que o Banco Central continua tomando decisões extremamente equivocadas, na medida em que ele continua mantendo a maior taxa de juros reais do mundo”. “O parlamentar avalia que a redução “de 0,5 é um começo”, mas os 13,25% não é o “ideal” para uma economia que está em desaceleração. “Ou seja, o valor nominal da taxa de juros que o país paga sobre sua dívida, a Selic, há três anos ela foi mantida no mesmo patamar, mesmo com a inflação caindo. Mesmo a inflação caindo, o centro dos preços também caindo e a atividade econômica, e esse foi um erro grave da comemoração do primeiro trimestre, quando em função do crescimento do agro fez com que o PIB crescesse 1,9% no período, mas esqueceram o grave erro do Banco Central de manter a taxa de juros elevada”.

“O juro elevado diminui a capacidade do empresário brasileiro de manter o seu funcionamento. Hoje no Brasil, o retorno da atividade empresarial não paga o custo do sistema financeiro, do capital de giro ou mesmo tomar dinheiro para expandir o seu negócio. Nada disso vale”, criticou.

“É por isso, que nesse primeiro semestre a indústria já deu sinais de redução da atividade econômica. Isso vai se perpetuar no terceiro trimestre. O impacto que agora se mostrou o desemprego caindo – que é um efeito conjuntural – eu estou alertando, no plenário da Câmara dos Deputados, que no terceiro trimestre o efeito da taxa de juros vai ser ainda mais forte, ainda mais profundo, fazendo com que a economia reduza sua taxa de crescimento”, concluiu Benevides Filho.

O deputado articula no parlamento uma proposta de emenda à Constituição que assegure o direito do Congresso Nacional de fiscalização do Banco Central. Benevides argumenta que a Lei de Autonomia do Banco Central, aprovada durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), passou a impedir os congressistas de fiscalizar a instituição, seja mediante aos instrumentos da convocação ou da requisição de informações.

Ele propõe a inclusão do titular do Banco Central no Artigo 50 da Constituição, que diz que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão convocar ministros ou “quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada”.

Segundo Benevides Filho, antes da lei que deu autonomia ao BC o titular da instituição estava incluso na norma constitucional. Ocorre que pelas regras da dita autonomia, o Banco Central é uma autarquia “caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica”, o que tornaria a instituição livre do trecho da Constituição, que prevê a convocação apenas a órgãos subordinados à Presidência.

“Quando se aprovou a lei de autonomia ao BC o titular da instituição estava incluso na norma constitucional. Ocorre que pelas regras da dita autonomia, o Banco Central é uma autarquia “caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica”, o que tornaria a instituição livre do trecho da Constituição, que prevê a convocação apenas a órgãos subordinados à Presidência.

“Quando se aprovou a lei de autonomia ao BC o titular da instituição estava incluso na norma constitucional. Ocorre que pelas regras da dita autonomia, o Banco Central sem ser vinculado a ninguém. Portanto, o Congresso Nacional hoje está proibido de pedir informação ou de convocar o presidente do Banco Central”, argumentou Benevides Filho, que também é economista.

No Senado há ainda um pedido de abertura de uma investigação sobre o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por conta da sua política de juros. No próximo dia 10 de agosto, Campos Neto deve ir ao Senado prestar esclarecimentos. Em junho, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), propôs a convocação de Campos Neto à Casa Alta, após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidir manter a taxa em 13,75%.

Porém, a convocação foi transformada em convite diante de um acordo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Quando uma pessoa é convocada por uma comissão no parlamento, é obrigada a comparecer, caso contrário pode sofrer punições.

Ciranda de Campos Neto garante lucro de R\$ 4,5 bi ao Bradesco só no 2º trimestre

O Bradesco registrou lucro líquido de R\$ 4,518 bilhões no segundo trimestre de 2023, alta de 5,6% na comparação com trimestre anterior. O retorno sobre o patrimônio (ROE) ficou em 11,1% no segundo trimestre, ante 10,6% no primeiro trimestre.

Apesar dos resultados, o mais importante “recado” do banco foi de que “Reposicionamos nossa política de concessão de crédito para modalidades de menor risco”. Isso desde o segundo semestre do ano passado. Todos os bancos estão fazendo o mesmo. Quando economistas falam da ação desastrosa dos altos juros, orquestrado pela Selic, entre os reflexos está essa questão da restrição de crédito.

Com as famílias esfoladas pelo crédito mais caro do mundo, com o nível de emprego muito alto, cada vez mais precário, com o aumento do emprego sem carteira assinada, está aí um dos resultados negativos, com o crédito reduzido para as famílias e empresas.

A redução de meio ponto percentual, decidido nesta semana pelo Comitê de Política Monetária (Copom)

do Banco Central, foi como um grão de areia no deserto. Com o Índice Geral de Preços–Mercado (IGP-M) acumulando quedas da taxa em 5,15% no ano e de 7,72% em 12 meses e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação, seguindo a mesma tendência, em junho com deflação de 0,08% e em 3,16% nos últimos 12 meses, conforme o IBGE, a nova Selic em 13,25% mantém o país com a maior taxa de juros reais (descontada a inflação), em torno de 10%. Impeditiva para os investimentos produtivos e a mais alta entre todos os países com relevância econômica no mundo.

No outro lado da moeda, os juros estratosféricos estão levando, quando vão se generalizando, a indústria, o comércio e a setor de serviços não financeiros para os perigosos terrenos das recuperações judiciais e das falências. Entre janeiro a junho foram 593 pedidos de recuperação judicial.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/ciranda-de-campos-neto-garante-lucro-liquido-de-r-45-bi-ao-bradesco-so-no-2o-trimestre/>

Richard Silva/PCdOB na Câmara



Deputada, líder do PCdOB na Câmara

“Bolsonaro confessou que escondeu as pedras preciosas”, diz Jandira

Jair Bolsonaro (PL) tentou responder à denúncia da deputada Jandira Feghali (PCdOB-RJ), de que o ex-mandatário e sua mulher, Michelle Bolsonaro, teriam cometido crime ao não declararem as pedras preciosas recebidas por eles na cidade mineira de Teófilo Otoni, mas acabou confessando o crime.

A deputada revelou na última terça-feira (1), durante a CPMI dos Atos Golpistas, que, segundo dados da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), no dia 26 de outubro de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro receberam, respectivamente, um envelope e uma caixa contendo pedras preciosas. Mas os presentes não constam na lista de 46 páginas e 1055 itens recebidos durante o mandato.

ENTREGUES EM MÃOS

A parlamentar apontou à CPI que em e-mails enviados à CPMI, o ajudante de ordens Cleiton Henrique Holzschuk determina aos ajudantes Adriano Alves Teperino e Osmar Crivelatti que as pedras não deveriam ser cadastradas no acerto do Palácio do Planalto mas entregues em mãos ao tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens e braço direito de Bolsonaro.

Para Jandira, o fato em si justifica a convocação e quebra de sigilo bancário não apenas de Jair e Michelle Bolsonaro, mas também de auxiliares do ex-presidente, incluindo Mauro Cid, cujas movimentações milionárias em suas contas bancárias não condizem com o salário que recebia conforme relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Fiscais), órgão responsável por identificar e combater crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Bolsonaro usou as redes sociais para dizer que a deputada tinha cometido uma calúnia e justificou que as pedras preciosas que ele e sua mulher tinham recebido não seriam diamantes. Ora. O que a deputada disse foi que eles esconderam as pedras preciosas. Ela afirmou que Bolsonaro só teve 2 caminhos ao não registrar ter recebido as pedras preciosas: “Ou roubou e ficou para ele o dinheiro, ou usou para financiar os atos golpistas”.

A verdade que apareceu não foi a que Bolsonaro se referiu em sua mensagem. O que apareceu foi, mais uma vez, Bolsonaro escondendo presentes recebidos. Exatamente como tentou fazer com o colar de diamantes apreendido pela Receita no Aeroporto de Guarulhos e assim como fez também com o Rolex cravejado de diamantes, que só apareceu com a recente descoberta da troca de e-mails de seu “faz-tudo” tentando vendê-lo por R\$ 300 mil.

CONFISSÃO DO CRIME

Jandira rebateu nas redes sociais a versão arranjada pelo meliante e escreveu que “Bolsonaro confessou o crime ao admitir ter sido presenteado com as pedras”. Ela lembra que os documentos indicam que as pedras seriam “preciosas” e diz que, caso não sejam, o ex-presidente precisa provar isso. Ela declarou também que não há como saber se Josino Correia está falando a verdade ou não e que suas falas não têm “nenhum significado”.

São muitas coisas que Bolsonaro tem que explicar. Até hoje ele não esclareceu porque ele não registrou o colar milionário apreendido e fez várias tentativas ilegais para liberá-lo. Não explicou porque não registrou e nem falou nada sobre o relógio Rolex cravejado de diamantes que seu “faz-tudo” estava tentando vender por R\$ 300 mil. Agora, como diz a deputada Jandira Feghali, ele vai ter que provar que as pedras recebidas não eram preciosas, como alega o falsário.

Lula: ‘petróleo na Margem Equatorial será explorado’

Roberto Stuckert Filho/PR



Presidente da República afirma que a decisão do Ibama não é definitiva

Faz-tudo de Bolsonaro tentou vender Rolex dado pelos sauditas por R\$ 300 mil, revelam e-mails

O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, tentou vender um relógio Rolex “cravejado de platina e diamante” por R\$ 300 mil.

O relógio foi dado de “presente” pela família real da Arábia Saudita, demonstram documentos obtidos pela CPI do Golpe.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito conseguiu acesso a dois e-mails trocados por Mauro Cid com uma assessora de Jair Bolsonaro e outros documentos do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência que confirmam a existência do relógio de luxo.

No primeiro e-mail, a assessora pergunta a Mauro Cid se ele tinha o certificado original do relógio Rolex.

Na época, de acordo com relatórios, Mauro Cid se correspondia com Maria Farani, que assessorava o Gabinete Adjunto de Informações do gabinete pessoal de Bolsonaro. Ela foi desligada da Presidência da República em janeiro de 2023.

Pelas conversas, o ex-faz-tudo de Bolsonaro e a assessora já tinham conversado sobre a possibilidade da venda do relógio, uma vez que ela diz que “o mercado de rolex usado está em baixa, especialmente para os relógios cravejados de platina e diamante, já que o valor é tão alto”.

Em resposta, Mauro Cid contou que “não temos o certificado desse relógio, já que foi um

presente recebido em viagem oficial”.

“O que nós temos é o selo verde de certificado que vai junto com o relógio. E eu também posso garantir que o relógio nunca foi usado. Eu gostaria de receber a quantia de US\$ 60 mil”.

Pela cotação atual, US\$ 60 mil equivale a aproximadamente R\$ 300 mil.

Outros documentos obtidos pela CPI do Golpe, cujo teor foi publicado pela GloboNews, mostram que o relógio de luxo foi recebido em um almoço com a família real da Arábia Saudita, no dia 30 de outubro de 2019.

No dia 11 do mês seguinte, o relógio foi inserido no “acervo privado”, ou seja, que não é do Estado brasileiro, gerido pelo Gabinete Adjunto de Documentação Histórica.

Em 6 de junho de 2022, o relógio Rolex foi liberado pelo Gabinete. Na mesma data, Mauro Cid trocou os e-mails citados com a assessora de Jair Bolsonaro.

Os documentos não confirmam se o relógio foi ou não vendido, assim como se a assessora de Jair Bolsonaro era uma compradora ou uma intermediária.

A história se assemelha com os “presentes” que Jair Bolsonaro recebeu da família real da Arábia Saudita, inclusive nessa mesma viagem feita em 2019.

O ex-presidente recebeu em mãos um relógio da marca Rolex, um anel em ouro branco

com diamantes, uma caneta da marca de luxo Chopard, um par de abotoaduras em ouro branco com diamantes e um rosário islâmico.

Esses objetos de luxo dados pelo regime da Arábia Saudita não foram declarados à Receita Federal por Jair Bolsonaro quando trazidos para o Brasil.

Enquanto pessoas em cargos públicos, eles não poderiam receber presentes de alto valor. Quando não declararam à Receita, incorrem em outras infrações.

Mauro Cid está preso desde maio por participar de um grupo que fraudou dados no sistema do Ministério da Saúde para fazer cartões de vacinação falsificados.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que analisou as contas de Mauro Cid, identificou movimentações financeiras “atípicas” e “incompatíveis com o patrimônio” realizadas por ele.

Uma delas foi a transferência para o Estados Unidos de R\$ 367.374 em janeiro de 2023, sete meses depois de Cid retirar o relógio do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica para vendê-lo.

Mauro Cid movimentou, entre junho de 2022 e janeiro de 2023, R\$ 3,2 milhões em suas contas bancárias. O valor é completamente incompatível com o salário de R\$ 26 mil de tenente-coronel do Exército.

“Essa é uma decisão de Estado”. “Se houver petróleo, será explorado”, respondeu o presidente a repórteres

O presidente Lula (PT) afirmou na quinta-feira (3), em entrevista a rádios da região amazônica, que o Amapá pode “continuar sonhando” com a exploração de petróleo na Margem Equatorial, mesmo após o Ibama estabelecer o cumprimento de exigências para uma perfuração segura do poço na região.

O presidente disse que, no momento, o mais importante é dar continuidade às pesquisas para certificar que há mesmo petróleo na região. “Vocês podem continuar sonhando e eu também quero continuar sonhando”, disse Lula em resposta a uma pergunta feita pelo radialista do Amapá, que participou de entrevista coletiva junto com outras rádios.

Segundo Lula, a decisão do Ibama de barrar a exploração não é definitiva e o governo, em conjunto com a Petrobrás, buscará meios para garantir que a perfuração não ofereça riscos ao meio ambiente. “Nós tínhamos a Petrobrás com uma plataforma preparada para fazer pesquisa nessa região. Houve o estudo do Ibama que disse que não era possível, mas esse estudo do Ibama não é definitivo. Eles apontam falhas técnicas que a Petrobrás tem o direito de corrigir. Nós estamos discutindo isso”, explicou.

“Eu acho que é uma decisão muito importante que o Estado brasileiro tem que tomar, mas o que a gente não pode é deixar de pesquisar. Primeiro nós temos que pesquisar, temos que saber que tem aquilo que a gente pensa que tem, e quando a gente achar [petróleo], a gente vai tomar uma decisão”, prosseguiu Lula.

“Será uma decisão do Estado brasileiro, o que a gente vai fazer, como é que a gente pode explorar, como é que a gente vai evitar que um desastre qualquer possa prejudicar a nossa querida margem do Oceano Atlântico na Amazônia. Nós vamos ter todo o cuidado, mas pode continuar sonhando, porque ainda há uma discussão”, garantiu o presidente da República.

“O Ibama não foi definitivo. O Ibama apresentou proposta para ser corrigida, essas coisas vão ser levadas em conta pelo governo, vão ser levadas em conta pela Petrobrás. Nós estamos vendo o Suriname explorando petróleo, estamos

vendo a Guiana explorando petróleo, Trindade e Tobago já está explorando. Nessa Margem Equatorial deve ter petróleo, e ela fica a uma distância de muitos quilômetros longe da margem, e nós vamos então pesquisar”, prosseguiu Lula.

Ele destacou que o governo está num processo de discussão interna e “logo vamos ter uma decisão do que a gente pode fazer”. “A gente primeiro tem que fazer a pesquisa. Se a pesquisa constatar que a gente tem o que a gente pensa que tem lá embaixo, aí sim nós vamos fazer a segunda discussão: como fazer para explorar sem causar nenhum prejuízo a qualquer espécie amazônica? É isso que está em jogo”, concluiu.

Lula falou também sobre o problema energético de Roraima, única unidade que não está interligada no sistema nacional. Lula falou da interrupção do fornecimento de energia da Venezuela por conta dos problemas com o governo anterior. “O que aconteceu de obscurantismo no governo passado atrapalhou muito a vida do povo de Roraima. Nós vamos retomar a linha de Guria até Roraima”, garantiu.

“Nós vamos reinaugurar essa linha de transmissão, que foi inaugurada pelo presidente Fernando Henrique e o presidente Chávez. Vamos acabar com os apagões, você pode ter certeza que nós vamos dar a ordem de serviço e o trabalho vai começar. Boa Vista vai passar a se chamar cidade luz”, afirmou Lula.

Ele falou também dos problemas da BR 319 que está com um trecho de 400 km intransitável. Questionado que destino ele dará para a estrada, Lula disse que há uma discussão sobre os problemas de meio ambiente e que uma comissão especial está discutindo o problema para decidir se a recuperação da estrada será ou não incluída no PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento).

Lula falou sobre a ida dele a Parintins, no Pará, onde pretende anunciar uma série de medidas e ordens de serviço para a região. Falou também que em breve deverá ir ao Acre para inaugurar um instituto federal e discutir o destino da estrada Transoeste, que liga Assis Brasil a Lima no Peru. Essa estrada, segundo o presidente, poderá abrir caminho para a industrialização da região e facilitar as suas exportações.

Lula condena preços extorsivos cobrados após privatização da empresa de energia do Amapá

O presidente Luís Inácio Lula da Silva criticou na quinta-feira (3), em entrevista a um pool de emissoras de rádio do Norte do Brasil, os preços abusivos cobrados pela empresa Equatorial Energia, responsável pelo Estado do Amapá após a privatização da distribuidora de energia na região.

Ele foi informado pelo jornalista Luiz Melo, do Sistema Diário de Comunicação, durante a entrevista, de que no Estado do Amapá o consumidor paga a maior tarifa energética do país. De início o presidente mostrou-se surpreso, mas, ao receber uma mensagem do Ministro de Minas e Energia, ele criticou decisões tomadas pelo governo passado.

“O [Jair] Bolsonaro privatizou a energia no Amapá e permitiu o maior absurdo tarifário de todos os tempos. Vou estudar com carinho a informação que recebi, mas a empresa que privatizou a energia do Amapá fez um assalto ao povo, colocando coisas no passado na questão tarifária”, argumentou.

“Não há nenhum sentido da energia do Amapá ser mais cara do que as de outros Estados. Eu não estou sabendo disso, mas saindo daqui vou ligar para o ministro das Minas e Energia e me inteirar do assunto”, prometeu Lula, ressaltando que não sabe qual o preço da luz no Estado, mas como uma unidade republicana que gera energia elétrica o preço com certeza tem que ser baixo.

O presidente já havia criticado também, na mesma entrevista, a interrupção, pelo governo anterior, do contrato de compra de energia da Venezuela para abastecer o Estado de Roraima.

A privatização da empresa de energia do Amapá se deu em 2021 e integrou o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Governo Bolsonaro. A transmissão já havia sido vendida em 2009. A empresa pública do Amapá foi arrematada pelo valor simbólico aproximado de R\$ 50 mil.

Pouco antes de ser privatizada, ela recebeu um aporte de R\$ 400 milhões, que deveriam ser usados para renovar equipamentos e estabelecer outras melhorias para o fornecimento do serviço.

APAGÕES

O Amapá viveu uma série de apagões em 2020 e 2021 causados pela empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), controlada pela holding Gemini Energy, e que havia assumido transmissão no trecho do Linhão de Tucuruí, entre Jurupari (PA) e Laranjal do Jari (AP). Na ocasião, a Eletrobrás, ainda estatal, foi acionada para resolver a lambança feita pela empresa privada responsável.

O especialista em energia, Ildo Sauer, ex-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), afirmou, à época, que o episódio revelou “a ponta de um iceberg, que está latente”.

“Se realmente queremos paz, temos que envolver Moscou”, afirma Amorim

O ex-embaixador Celso Amorim, assessor para assuntos internacionais do presidente Lula, participou neste final de semana, de forma virtual, da reunião realizada na Arábia Saudita que teria como objetivo discutir propostas de paz para a guerra que a Ucrânia está fazendo contra Rússia através da Ucrânia. Em seu discurso, o assessor e Lula disse que “qualquer negociação real” deve “incluir todas as partes”.

“Ainda que a Ucrânia seja a maior vítima, se realmente queremos a paz, temos que envolver Moscou de alguma forma neste processo”, insistiu Amorim, segundo sua declaração enviada à AFP. Ele considerou que a reunião não teve avanços por não ter contado com a presença de todos os envolvidos no conflito.

A reunião foi articulada pelos Estados Unidos e a União Europeia e tinha como objetivo principal tentar atrair os quatro parceiros da Rússia no BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) para o apoio à OTAN. As discussões estavam programadas para serem feitas em torno da proposta unilateral da Ucrânia. Já antes do início da reunião, o representante brasileiro tinha alertado que o não convite à Rússia não ajudaria a se achar o caminho da paz.

Tarcísio proíbe livros didáticos nas escolas estaduais de SP

“Aula na TV e alunos anotam”, disse o secretário de Educação, Renato Feder, ao apresentar plano para o ensino Fundamental 2 e Médio

“A aula é uma grande TV, que passa os slides em Power Point, alunos com papel e caneta, anotando e fazendo exercícios. O livro tradicional, ele sai”, disse o secretário da Educação paulista, Renato Feder, ao justificar porque o governo de São Paulo decidiu abrir mão de 10 milhões de exemplares de livros didáticos do programa nacional gerido pelo Ministério da Educação (MEC), que compra obras para todo o País há décadas.

A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) optou por abrir mão do material enviado pelo governo federal aos alunos do ensino fundamental 2 (6º ao 9º ano) a partir do ano que vem para usar apenas material digital. O ensino médio também deixará de ter livros impressos.

De acordo com ele, o governo estadual também identificou que o material que seria distribuído pelo PNLD em 2024 estava “mais raso, mais superficial” e “tenta cobrir um currículo muito extenso de maneira superficial”.

O PNLD existe – nem sempre com esse nome – há mais de 80 anos no País. Foi reestruturado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quando passou a estabelecer critérios rígidos de avaliação. Por meio do programa, o MEC compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País, em um negócio que movimentava R\$ 1 bilhão e 150 milhões de obras por ano.

As editoras precisam submeter seus livros a uma equipe de especialistas, que pode aprovar ou não as obras, conforme exigências dos editais. Erros conceituais, desatualização, preconceito são motivos de exclusão imediata. Vale destacar que o material próprio da Secretaria Estadual só é aprovado por ela própria.

A resolução de 2008 que dispõe sobre o PNLD afirma que o livro didático é “um direito constitucional do educando”. Atesta, ainda, “a importância da participação do professor no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade do aluno e da escola”.

Portanto, a decisão do governo Tarcísio é uma estratégia que atenta contra direitos dos estudantes e a liberdade de cátedra dos professores.

A decisão não é bem vista por professores, estudantes, dirigentes de ensino e parlamentares.

“A decisão de Tarcísio é absurdamente excludente e promete aumentar ainda mais o abismo entre a educação pública e privada em São Paulo. A exclusão digital e a falta de acesso a equipamentos é a realidade da maioria dos estudantes paulistas e a pandemia comprovou isso”, afirmou a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP).

“Atualmente vemos as escolas com problemas para oferecer o mínimo de estrutura para os alunos e, com essa mudança, só irá dificultar cada vez mais o acesso à educação, aumentando a precarização e o sucateamento do ensino público. Não podemos deixar isso acontecer! Precisamos lutar por um ensino inclusivo e que com garantia de acesso a todos”, ressaltou a UMES-SP.

A entidade ainda convocou os estudantes para um protesto contra a medida. “No dia 11 de agosto, voltaremos às ruas. Vamos mostrar toda a indignação dos estudantes com o descaso com a Educação”.

A senadora Teresa Leitaõ (PT-PE), contestou a exclusão dos livros físicos e afirma que a decisão significa uma subtração ao direito dos estudantes. “A educação deve se utilizar de recursos digitais sempre que esta ferramenta se constituir em ampliação dos horizontes dos estudantes. Excluir os livros em seu formato físico é muito limitante para a educação e retira uma experiência insubstituível para crianças e jovens”.

FALTA DE ACESSIBILIDADE

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, a decisão é absurda. “Em um país desigual como o nosso é um absurdo tomarmos conhecimento de propostas como esta”.

Ele relembra um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas de SP em 08/11/2022, que constata problemas socioemocionais, falta de acessibilidade a tablets, falta de docência e outras dificuldades em escolas do município de São Paulo.

“Foi constatado que 98% dessas escolas têm problemas socioemocionais, em 20% dessas escolas faltam professores tanto titulares quanto substitutos, 35% não têm nenhum equipamento digital e 65% possuem equipamentos que não funcionam ou funcionam parcialmente. Pelo menos 83% dos alunos não tinham tablet na sala de aula”, ressalta.

O presidente do CNTE afirma ainda que a desigualdade é um fato nacional e reflete na capital mais rica do país. “É uma desigualdade bruta e o governo de SP está fora da própria realidade. É um absurdo essa decisão e é preciso que toda a sociedade brasileira combata esse tipo de proposta”.

O deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) afirma que a decisão do governo paulista é “puro suco da ignorância bolsonarista e pedagogicamente excludente”. “Essa proposta é um retrocesso absurdo. Além da questão de acessibilidade, pois nem todos têm acesso à tecnologia, também é errada do ponto de vista pedagógico”, disse o parlamentar.

A Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros), entidade que reúne as editoras de livros escolares, recebeu “com espanto” a decisão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A Secretaria de Educação afirmou que “todas as ações pedagógicas lançadas pela Pasta são definidas com base no material próprio” e que continua no PNLD Literário. A Secretaria também menciona “coerência pedagógica”.

A Abrelivros rebateu: “Não há qualquer prejuízo à coerência pedagógica do sistema de ensino ao se disponibilizar mais material educativo de qualidade para alunos e professores. E isso sem qualquer investimento financeiro por parte do Estado de São Paulo”. Já o FNDE informou que “o registro de exclusão realizado pela rede estadual de São Paulo para o recebimento das obras didáticas do PNLD está embasado na legislação do programa, que prevê que os entes federados têm autonomia para decidir pela participação ou não no PNLD”.

“O atendimento em 2023 dos estudantes e professores das escolas estaduais de São Paulo para a educação infantil, fundamental e ensino médio totalizou mais de cinco mil escolas, com 5,5 milhões de exemplares físicos. O investimento para aquisição desses livros foi de R\$ 78 milhões. Esses valores se baseiam nos dados do Censo Escolar”, diz ainda a nota do FNDE.

De acordo com a Abrelivros, “toda a comunidade foi surpreendida com a decisão”. Ainda nesta terça-feira (1º), o MEC informou que “em breve ocorrerá a escolha do PNLD 2024 – Objeto 1 destinada a selecionar obras didáticas para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)”.

A Abrelivros também viu com preocupação a informação de que o Estado vai utilizar material didático apenas em formato digital. “Isto vai na contramão do que está sendo visto em países desenvolvidos, como a Suécia, que identificaram a menor retenção de aprendizado utilizando apenas livros digitais, passando a reconhecer a importância do livro físico como essencial para o processo educativo”, diz o comunicado.

REDE PRIVADA QUER OS LIVROS DIDÁTICOS

Muitos dos livros didáticos rejeitados pelo governo de São Paulo para a rede estadual são usados por escolas particulares de ponta na capital paulista.

Os livros oferecidos no PNLD são os mesmos vendidos no mercado privado, com pequenas adaptações de formato exigidos nos editais públicos. Os conteúdos, autores e propostas pedagógicas são iguais. Especialistas acreditam que as exigências do PNLD ao longo das décadas impulsionaram a qualidade do mercado editorial de livros didáticos no Brasil.

O Colégio Miguel de Cervantes, na zona sul da capital, usa para alunos do 6º ao 9º ano a coleção Araribá Conecta, de Matemática (Editora Moderna), que também faz parte do PNLD 2024. O Colégio Bandeirantes, cujos alunos utilizam tablets na sala de aula, pede a versão digital do livro Expedições Geográficas, de Geografia, (Editora Moderna).

A Escola Nossa Senhora das Graças, o Gracinha, na zona sul, adota várias coleções que fazem parte do catálogo do MEC recusado pelo Estado: Geração Alfa, de Língua Portuguesa, Geografia e Ciências (Editora SM), Araribá Conecta, de História, (Editora Moderna) e Telaris, de Matemática (Editora Ática). Esse último também é o escolhido pelo Colégio Oswald de Andrade, zona oeste, para Matemática em todas as séries do fundamental 2.

No Pentágono, zona oeste, é adotado o Matemática e Realidade (Editora Saraiva), também no PNLD 2024. Já o Colégio Equipe, na região central, usa no fundamental 2 o livro A Conquista Matemática (Editora FTD).



Secretário de Educação, Renato Feder, e governador Tarcísio de Freitas



Grileiro Bruno Heller era principal alvo da investigação sobre desmате PF prende grileiro considerado maior desmatador da floresta amazônica

Nesta manhã de quinta-feira (3), uma grande operação da Polícia Federal foi deflagrada e prendeu o homem considerado um dos maiores grileiros da Amazônia e o maior desmatador do bioma.

O empresário Bruno Heller era principal alvo da investigação, embora não fosse alvo de mandado de prisão nesta operação. Porém, ele acabou sendo preso em flagrante, pois, durante a operação, foram encontrados em sua posse ouro bruto não declarado e uma arma ilegal.

Heller foi encontrado na região de Novo Progresso (PA) por parte dos investigadores, e ele foi levado ao sistema prisional em Itaituba (PA), onde ficou à disposição da Justiça.

As acusações contra

Bruno Heller são graves, uma vez que ele é responsável pelo desmatamento de mais de 6 mil hectares de floresta no Pará, o que equivale a quatro ilhas de Fernando de Noronha (PE), tudo para a criação de gado. Além disso, as investigações apontaram que ele teria se apossado de 21 mil hectares de terras da União ao redor de reservas indígenas e unidades de conservação.

A operação, denominada “Retomada”, não se limitou à prisão de Bruno Heller. Também foram cumpridos três mandados de busca e apreensão nos municípios de Novo Progresso (PA) e Sinop (MT). Além disso, a Justiça Federal autorizou o confisco de R\$ 116 milhões, 16 fazendas e 10 mil cabeças de gado que pertenciam ao investigado, mas que estão localizadas em região de reserva ambiental.

A PF descobriu que o grupo criminoso liderado por esse grileiro fazia a inscrição fraudulenta de áreas públicas junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) em nome de terceiros. Depois, os suspeitos desmatavam os terrenos e o destinavam à criação de gado. “Assim, os verdadeiros responsáveis pela exploração das atividades se sentiriam protegidos contra eventuais processos criminais ou administrativos, os quais seriam direcionados aos participantes sem patrimônio”, diz nota da PF.

O acusado já recebeu 11 autuações e seis embargos do Ibama por irregularidades, e perícias da PF indicam a existência de danos ambientais ocasionados por suas atividades também na Terra Indígena Baú.



Em “operação vingança” PM matou 16 pessoas no Guarujá, litoral de SP

Policiais combinaram narrativa de “legítima defesa” em ação da Rota, afirma a OAB

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contesta a versão da Polícia Militar sobre as ações que deixaram ao menos 16 mortos na Baixada Santista e 58 presos, desde a última sexta (28). Para Flávio Roberto Campos, coordenador do núcleo de direito antidiscriminatório da comissão, os PMs combinaram uma narrativa única de “legítima defesa” nos registros das ocorrências que terminaram em morte.

“São denúncias de violações de direitos humanos, tortura e execuções. Mas os policiais envolvidos nessas ações combinam a mesma versão em todas as ocorrências com morte”, diz a OAB.

No caso, os boletins de ocorrência registram sete supostos confrontos com a PM no Guarujá. Nos documentos, os policiais afirmam que todos os suspeitos morreram após reagirem às abordagens. Os PMs afirmam que os suspeitos foram baleados porque apontaram arma ou dispararam na direção deles, mas essa versão é contestada por moradores.

As mortes ocorreram após o assassinato de um soldado da Rota na última quinta-feira (27). Dos 7 mortos mencionados nos BOs, 3 chegaram a disparar contra os agentes, segundo os relatos dos policiais. Os outros quatro teriam apontado a arma para os PMs ou sacado a arma da cintura. Os policiais alegam ter “revidado injusta agressão” após ficarem na mira de suspeitos.

Moradores do Guarujá, no litoral paulista, questionam a versão oficial sobre as mortes. Segundo os relatos, agentes da Rota entraram encapuzados nas comunidades, invadiram casas, forjaram flagrantes e torturaram pelo menos um dos suspeitos. Eles teriam prometido matar 60 pessoas em comunidades na cidade.

Policiais relataram que o ambulante Felipe Vieira Nunes teria atirado neles, que revidaram. Moradores contradizem os policiais e acusam os policiais de tortura seguida de assassinato. Fábio Oliveira Ferreira, segundo o BO, teria tentado sacar a arma da cintura, mas foi “neutralizado” com três tiros de fuzil e dois de pistola. Já Cleiton Barbosa Moura, teria atirado antes de morrer. Rogério Andrade de Jesus, teria se recusado a largar a arma e foi baleado por um tiro de fuzil em seguida.

“Eles relatam que um suspeito caminha na rua até que saca a arma, mas o policial é sempre mais rápido. Os moradores contestam essas versões padronizadas que colocam todas as vítimas na condição de criminosos e dizem ouvir gritos de tortura. Fica a palavra da polícia contra a palavra dos moradores. Depois que morre um policial da Rota, aparece uma grande quantidade de ocorrências de reação policial contra pessoas que estavam caminhando na rua ou paradas em vielas perto das suas casas. São narrativas protocolares, que levantam suspeitas”, continua o advogado.

“A polícia diz que está combatendo o crime organizado, mas não há uma testemunha sequer que comprove isso. O que sabemos é que estão matando as pessoas que têm antecedentes criminais. Só queremos que a polícia pare de matar”, afirmou o coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

RELATOS DA LETALIDADE

Essa atual operação da PM no litoral paulista já é a mais letal no estado de São Paulo desde os “crimes de maio” de 2006, quando as forças de segurança reagiram aos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) e mataram ao menos 506 pessoas, segundo a Defensoria Pública. A ação deste ano superou a “operação Castelhinho”, que em 2002, deixou 12 mortos.

A Operação Escudo começou em 28 de julho, e a previsão é a que continue até 28 de agosto. Ao todo, 58 suspeitos foram presos, entre eles, Erickson David da Silva, apontado pelas autoridades como autor do disparo que matou o soldado da Rota. A defesa do homem negou que ele tenha cometido o crime.

A Ouvidoria da Polícia de São Paulo afirmou ter recebido relatos de uma atuação violenta no Guarujá por parte das forças de segurança e de ameaças constantes à população das comunidades da cidade.

Diretor e roteirista Sérgio Muniz morre em São Paulo aos 88 anos

O diretor, roteirista e produtor Sérgio Muniz, morreu neste sábado (5), aos 88 anos.

Sérgio Muniz iniciou sua carreira na época da ditadura, participou de vários festivais na América Latina e travou amizade com dirigentes do Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos, o que o levou diversas vezes a Cuba, onde morou por três anos e participou da direção da Escuela Internacional de Cine y TV, em San Antonio de los Baños.

Na segunda-feira (7), Sérgio Muniz participaria como debatedor na exibição especial do documentário “O Fascismo de Todos os Dias” (1965), do diretor Mikhail Romm, no CineSesc, em São Paulo. O filme é uma produção do estúdio russo Mosfilm e distribuído no Brasil pelo CPC-UMES Filmes.

“Recebemos há pouco a



Sérgio Muniz dedicou a vida ao cinema e à cultura

notícia de que nosso querido amigo Sérgio Muniz acaba de falecer, aos 88 anos. Diretor, roteirista e produtor conhecido sobretudo pelo trabalho com o fotógrafo Thomaz Farkas, Muniz dedicou a vida ao cinema e à cultura. Aprendeu técnicas cinematográficas na prática, e iniciou sua trajetória de documentarista nos tempos turbulentos da ditadura militar”, afirmou

em nota, o CPC.

O cineasta também trabalhou na secretaria municipal de Cultura em São Paulo, sob a coordenação de Marilena Chauí, e na Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, onde desenvolveu projetos de ensino de audiovisuais para o Museu da Imagem e Som (MIS) e foi consultor para a área de cinema do Memorial da América Latina.



Rovena Rosa/Agência Brasil

Para centrais, redução de 0,5 ponto na taxa de juros é pouco

As centrais sindicais reagiram à redução de apenas 0,5% na taxa básica de juros pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central), decidida na quarta-feira (2). Para a Força Sindical, o Banco Central, ao reduzir os juros pela primeira vez em três anos, “acertou o remédio”, mas, prossegue a entidade, “errou na dose”.

Em nota assinada pelo presidente da entidade, Miguel Torres, a Força afirma que “a queda é necessária e importante neste momento, mas o Banco Central deve continuar o processo de redução nas próximas reuniões”. De acordo com a central, “a redução é insuficiente” e a Taxa em 13,25% “ainda é proibitiva”.

A entidade ressalta que irá continuar na luta pela redução da Taxa Básica de Juros, “como importante passo rumo ao fortalecimento e crescimento da economia”. “Juros exorbitantes inibem o consumo, a produção e, consequentemente, a geração de postos de trabalho. Vale destacar que os tecnocratas do Banco Central perdem uma ótima oportunidade de reduzir drasticamente a Taxa Selic e, assim, dar uma injeção de ânimo no setor produtivo e na geração de empregos”, diz a nota.

Conforme a Força Sindical, “juros nas alturas são uma forma de concentrar cada vez mais renda nas mãos de poucos”. “O país precisa investir no fomento da produção, na geração de empregos e na distribuição de renda para retomar o caminho do seu crescimento econômico”.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também se posicionou em nota, afirmando que “manter a Selic num patamar de 13% impede o crescimento econômico e a geração de emprego e renda”.

Para a CUT, “apesar da significativa melhoria de todos os indicadores macroeconômicos, o Comitê de Política Monetária (Copom) faz um corte muito abaixo do possível e necessário na taxa Selic, mantendo as taxas de juros nas alturas e seu sistemático boicote ao povo brasileiro”.

A entidade salienta que “a redução de apenas 0,5% em uma taxa Selic que vem sendo mantida em patamares superiores a 13% desde agosto de 2022 continua sendo inaceitável”. E afirma que a “posição intransigente por parte de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, tem sido uma forma de fazer oposição sistemática ao governo federal e ao crescimento econômico”.

A entidade cita medidas adotadas pelo governo do presidente Lula no sentido de recuperar a economia e alguns resultados, e ressalta que “neste contexto, é injustificável manter a taxa Selic em patamares superiores a 13%”.

“Um crescimento econômico e uma geração de emprego e renda mais pujantes só não ocorrem devido à manutenção da taxa Selic em patamares superiores a 13%. As taxas de juros nas alturas sangram os cofres públicos e emperram o consumo e uma retomada mais forte do crescimento”, diz a CUT.

A central acusa o presidente do BC de, mesmo em plena deflação, insistir em “atender os interesses dos banqueiros e agiotas”, e finaliza a nota conclamando a sociedade e os poderes constituídos “para que solicitem que o Senado Federal tome as medidas cabíveis para retirar da presidência do BC um inimigo do Brasil”.

Nova Central: “Negociação só no coletivo e com o sindicato”

Publicamos, a seguir, artigo de Moacyr Auerswald, presidente da Nova Central e vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh):

Negociação só no coletivo e com o sindicato

Ao longo de nossa experiência no convívio sindical, passando por cargos, liderando companheiros, mergulhando na realidade profissional, concluímos que não há melhor maneira de negociação entre patrões e empregados do que um bom acordo firmado na consulta coletiva.

Está mais do que provado que o trabalhador que ousar tratar diretamente com o empregador sairá perdendo sempre. A velha máxima de que “uma andorinha só não faz, todos verão” é sábia e se adapta totalmente a causa sindicalista.

A tríade trabalhador, empresário e sindicato é soberana em qualquer entendimento. A necessidade plural das categorias é o exemplo claro de que o tratamento precisa ser amplificado, ouvindo-se, de forma democrática, onde aperta o calo de cada um.

Não foi à toa que reverenciamos sempre a máxima “juntos somos fortes”. E todos só serão contemplados quando a negociação coletiva for exercida com responsabilidade e boa vontade de todas as partes e com assistência sindical.

Um bom acordo é melhor do que qualquer demanda. Isso a vida nos ensina e nas negociações jamais pode ser diferen-

te. Por mais que haja a maior boa vontade de qualquer das partes, se todas não depuserem suas ideias e necessidades, não haverá justiça.

A história nos ensina. O exemplo mais evidente e recente está na malfadada Reforma Trabalhista, exercida de cima para baixo, deixando de lado a voz do trabalhador para que o governo interessado desse a sua sentença. Estamos há quase uma década sofrendo com as consequências de atos impensados.

Os sindicatos foram vilipendiados em sua subsistência e o sistema sindical só não entrou num caos extremo porque ainda temos lideranças muito bem postadas e dispostas a sustentar o movimento forte e soberano.

Hoje ainda temos a conspiração de alguns setores da nossa própria classe impondo ideias sem consultar nossas bases. Esse poderá ser o caos definitivo de nossas representações.

E contra esta mal elaborada proposta, temos desdobrado todos os nossos esforços para chegar de um a um aos trabalhadores brasileiros e expor aquilo que vislumbramos. É a proposta plural, raiz, vinda do mais humilde dos labores que interessa. É ela que não discrimina. É ela que fortalece a classe. É ela que nos faz unidos contra os interesses hostis da ganância discricionária, que só nos deve mais ainda. Mãos dadas, braço forte, pensamento coletivo, soluções plurais, justiça na mesa de negociações e nada mais. Juntos somos muito mais fortes!

Use Epitácio



Contmaf



Entidades do setor marítimo pedem reforço na fiscalização do trabalho em multinacionais

Entidades sindicais de trabalhadores do setor marítimo divulgaram nota conjunta, neste sábado (5), em que pedem o fortalecimento da fiscalização especializada no trabalho portuário e aquaviário.

As entidades ressaltam que a Fiscalização do Trabalho foi devastada nos dois últimos governos e que o setor conta com apenas 20 fiscais especializados. “Alguns anos atrás, o número de fiscais no setor era cerca de quatro vezes maior”, destaca a nota divulgada à imprensa.

Em documento (leia aqui) entregue ao Secretário de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Felipe Brandão de Mello, as entidades denunciam que empresas que atuam no setor desrespeitam direitos trabalhistas com o objetivo de obter vantagem econômica sobre a concorrência, o chamado dumping social.

“O setor marítimo e portuário brasileiro é marcado por participação de um percentual elevado de profissionais de categorias diferenciadas e pela presença de grandes empresas multinacionais, que atuam num cenário global em que as realidades laborais podem diferir significativamente das práticas vigentes em nosso país. Tal situação demanda uma atuação fiscalizadora especializada, que busque promover condições dignas e seguras de trabalho aos profissionais brasileiros, impedindo a exploração do trabalho em condições precárias como diferencial competitivo por empresas sem escrúpulos, preservando também a possibilidade de

competição justa no mercado nacional”, diz o documento entregue ao secretário.

A nota afirma que o fortalecimento da fiscalização é fundamental para atender à extensa frente marítima brasileira e à gigantesca malha fluvial nas quais os trabalhadores “enfrentam problemas ainda maiores de dumping social, violência e baixas condições de trabalho”.

“Por este motivo, a representação sindical defende a manutenção da Secretaria de Inspeção do MTE, que conta com uma divisão especializada em coordenar a fiscalização no setor, e dialoga com órgãos de governança nacional e internacional na economia do mar”, diz a nota.

No documento entregue ao Secretário de Inspeção do Trabalho, as entidades salientam que uma parcela significativa dos Auditores Fiscais do Trabalho (AFT) em atividade já estão em idade próxima da aposentadoria e que o efetivo de auditores em atividade com expertise no trabalho marítimo e portuário está extremamente reduzido. “Solicitamos especial atenção no provimento de vagas por meio de Concurso Público e treinamento específico para adequar a atuação da fiscalização nos pontos de interesse para o trabalho ao longo da costa brasileira, mar, rios e lagoas navegáveis, onde haja portos, terminais aquaviários ou pesqueiros, estaleiros, embarcações e plataformas de petróleo e gás”, diz o documento.

As entidades destacam a importância da Divisão de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário (DIPA), da SIT, que

além de fiscalizar o trabalho nas empresas de navegação e operadores portuários, atua com auditores fiscais do trabalho nas atividades de inspeção da pesca embarcada, serviços de atividades portuárias, mergulho e atividades subaquáticas, extração de petróleo e demais minerais por meio de plataformas marítimas ou embarcações, apoio marítimo, construção, reparação e desmonte naval, estaleiros e outras atividades econômicas que envolvam o trabalho embarcado e a atividade portuária ou de navegação.

“Com uma atuação tão significativa desta Divisão, as entidades sindicais declaram preocupação com os rumores de que haveria estudos no MTE propondo eliminar as divisões de fiscalização especializada, possivelmente decorrentes de avaliações superficiais feitas sem considerar a importância delas para que haja desenvolvimento sustentável com justiça social em nosso país”.

O documento é assinado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais (Contmaf), Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNT-TAA), Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Federação Nacional dos Consertadores de Carga e Descarga Vigias Portuários (FENCCOVIB) e Federação Nacional dos Portuários (FNP).



Ministra Luciana Santos participou da abertura da 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, realizada pelo PCdoB em Salvador

Não é possível tratar da luta pelo desenvolvimento nacional sem tratar da luta antirracista”, afirmou a presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, na abertura da 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, realizada pelo partido na última sexta-feira (4).

“Essa Conferência acontece em um contexto de retomada, de uma vitória espetacular do povo brasileiro. Uma vitória que teve o DNA da elaboração tática do nosso partido, que defendeu com todas as forças a frente ampla. E com esse binômio, a liderança popular do presidente Lula e a frente ampla, foi possível garantir a vitória do nosso campo num país tão importante para o mundo e para a América Latina, que é o Brasil. Nossa batalha continua, de restaurar a democracia, desencadear um novo ciclo de desenvolvimento soberano e garantir a vida digna para o povo. E para isso precisamos de crescimento da economia, geração de emprego e renda e a retomada de políticas públicas”, ressaltou.

Fazendo um resgate histórico do processo de formação da nação brasileira, apontando o fato de “o Brasil ter recebido metade de todo o fluxo de escravos do mundo”, Luciana, ressaltou também que “a gente não podemos deixar de dizer que teve fatos objetivos que levaram ao processo da abolição da escravidão, ao esgotamento daquele modelo econômico de acumulação de riqueza, mas também houve uma grande frente democrática, foi uma grande frente ampla, que se estabeleceu para se constituir uma unidade nacional pela abolição.”

“A Assembleia Legislativa de Pernambuco chama-se Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco é uma referência da luta contra a escravidão, embora ele fosse monarquista. Então, conseguiu-se atrair poetas, como Castro Alves, que marcou essa luta, e a participação importante da Dan-dara, uma liderança que é

pouco exaltada, ao lado de Zumbi dos Palmares, que constituíram quilombolas, que têm feitos heroicos. Esses são episódios que precisamos jogar luz na nossa história”, afirmou.

De acordo com a ministra, “a herança da escravidão, um modelo econômico tão cruel, deixou marcas profundas de exploração e desigualdade no país, que não terminaram. A marginalização têm forte impacto na população negra”. “Eles ainda são os que têm menor escolaridade, menor formação profissional, ocupam cargos menos qualificados e com salários mais baixos e compõem a maioria do contingente de trabalhadores e trabalhadoras precários, desempregados e subempregados”, apontou Luciana.

Para Luciana, a luta pela superação do racismo passa por políticas como “desracionalização das relações socioeconômicas, superação da hiperexploração da força de trabalho, combate à concentração de renda, diversificação da atividade econômica que possibilite desenvolvimento e independência, e pela realização de uma arrojada plataforma de lutas, contendo políticas universais e afirmativas”.

“O combate ao racismo é uma necessidade para reforçar a união do povo brasileiro” e essa adesão “é decisiva para a jornada pela emancipação social e nacional”. “A luta política pela desconstrução do racismo e por um Brasil mais justo é uma necessidade civilizatória. Nós comunistas nos somamos à luta mais ampla em defesa de um Projeto Nacional de Desenvolvimento antirracista e democrático que promova equidade e mais coesão do povo, dando substância ao ideário de nação”, completou Luciana Santos.

A Conferência Nacional de Combate ao Racismo está sendo realizada após 24 conferências estaduais, que elegeram mais de 500 delegados para etapa nacional. O encontro acontece de forma híbrida neste fim de semana e no próximo, quando os delegados devem aprovar a resolução do encontro no sábado (12).



Acordos salariais têm reajustes acima da inflação em 77,2% das negociações no primeiro semestre

Dados do boletim Salarimetro, divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) no início do mês, indicam que 77,2% das negociações salariais no primeiro semestre deste ano superaram a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O resultado, que mostra uma retomada da recuperação salarial nas negociações coletivas, já é bem diferente da apresentada no primeiro semestre de 2022.

Conforme a pesquisa, entre os acordos fechados no primeiro semestre do ano passado, 45,6% dos acordos ficaram abaixo da inflação, enquanto esse ano apenas 5,7% dos acordos resultaram em perdas para os trabalhadores. No ano

passado, os acordos acima da inflação foram 19,7% das negociações.

Conforme o boletim, reajustes reais acima da inflação foram registrados em todos os seis primeiros meses do ano. A pesquisa mostra ainda que, separadamente, o mês de junho, que registrou reajuste real mediano de 1,26% acima da inflação do INPC, teve 87,6% das negociações salariais acima da inflação.

Para o mês de julho, a prévia do Salarimetro indica reajuste nominal mediano de 5% e que 90,4% das negociações devem ser acima do índice de inflação. O Salarimetro da Fipe analisa o resultado de 40 negociações salariais coletados no portal Medidor, do Ministério da Economia.



Ben Gvir invadiu Esplanada das Mesquitas. Supremacistas Netanyahu e Gvir ameaçam usurpar mesquita palestina em Jerusalém

A invasão do território palestino em Jerusalém onde fica a principal mesquita da nação pelo ministro Ben Gvir foi acompanhada de soldados e um bando de fanáticos assaltantes de terras. Dando continuidade à provocação, deputado integrante do bloco fascista do governo Netanyahu/Gvir/Smotrich apresentou projeto de lei que tornaria a mesquita uma propriedade anexada a Israel.

O ministro da Segurança de Israel, o supremacista Ben Gvir, perpetrou mais uma invasão, a terceira desde que assumiu o cargo, à Esplanada das Mesquitas, para os palestinos Mesquita Al Aqsa, uma composição localizada em Jerusalém onde estão localizadas duas mesquitas, a do Domo da Rocha (de cúpula dourada) e a mesquita Al Qibli (de cúpula prateada).

Na invasão desta quinta-feira, 27, se fez acompanhar por um bando de colonos fanáticos judeus que habitam em terras assaltadas aos palestinos e dezenas de policiais. Durante a provocativa incursão, os fiéis muçulmanos foram proibidos de entrar nas mesquitas para rezar.

Durante a incursão, os fanáticos realizaram rezas judaicas ao lado do sítio religioso islâmico. Logo depois da provocação, o deputado da mesma coalizão que governa Israel, Amit Halevi, apresentou projeto-lei que divide a Esplanada das Mesquitas de tal forma que 70% de sua superfície ficaria com o regime de Israel – incluindo a mesquita de cúpula dourada – e somente 30%, com a mesquita de cúpula prateada, manteria o status atual que rege toda a Esplanada, ou seja, sob custódia jordaniiana e dirigida por um conselho religioso do país árabe.

Amit se valeu de seu cinismo para justificar a proposta de legalização de mais essa usurpação: “O fato deles rezarem ali não faz de toda a Montanha do Templo (como ao local se referem os judeus ortodoxos pois acreditam que ali, há milhares de anos ficavam o primeiro e o segundo templo de reinos hebreus) um local sagrado para os muçulmanos, nunca foi, nem nunca será”.

PROVOCAÇÕES RELIGIOSAS

Essas provocações religiosas ocorrem ao tempo em que ataques das mais variadas formas acontecem diariamente contra os palestinos residentes na Cisjordânia, além das dezenas de postos policiais-militares de controle a impedir a livre circulação dos palestinos em sua própria terra, agora o povo é submetido a ataques a suas cidades e aldeias por vândalos judeus que erigiram residências em terras assaltadas aos palestinos, incendeiam seus campos de plantação, em especial olivais milenares, tapam com cimento poços artesanais e destroem casas e instalações agrícolas.

O Comitê Palestino de Assuntos Religiosos alertou que este plano do deputado Amit “arrastará a região em direção a uma guerra religiosa”. As provocações devem “ser sustadas e confrontadas”, afirma o departamento.

As visitas provocativas se tornam cada dia mais frequentes e com a participação de maior número de fanáticos. Se em 2009 foram 5.658 colonos judeus, em 2019 o número de visitantes indesejados chegou a 30.000.

O primeiro-ministro palestino, Mohammad Shtayyeh, alertou o regime de Israel de que a divisão de Al Aqsa levará a ira incontível de resultados imprevisíveis”, dada a sacralidade do local para os palestinos em particular e para os árabes em geral.

O líder religioso islâmico, mufti de Jerusalém disse que a medida, se adotada, levará “uma guerra religiosa de dimensões planetárias”.

LIGA ÁRABE CONDENA AGRESSÃO

As incursões comandadas pelo fascista Gvir, da última vez acompanhado do ministro do desenvolvimento Yitzhak Wasserlauf, foram prontamente condenadas pelos governos da Arábia Saudita e da Jordânia. Para o governo da Jordânia, as incursões “são violações flagrantes de todas as normas internacionais e tratados e vão mexer com os sentimentos dos muçulmanos em todo o mundo”.

“As forças da ocupação são direta e completamente responsáveis pelas consequências de tais atos”, declarou ainda o governo jordaniiano, ao tempo em que chamou a comunidade internacional a assumir seus deveres e a atuarem contra a escalada provocativa de Israel “fazendo todo o esforço possível pelo fim do conflito”.

“Este movimento executado por um ministro de Israel”, prossegue o posicionamento jordaniiano, “em invadir a sagrada Mesquita Al Aqsa e em violar sua santidade e ritualística por extremistas judeus é um ato de provocação e viola a lei internacional”.

A Liga Árabe e o governo do Egito também se somaram à condenação do gesto provocativo de Gvir.

O Secretário Geral da Liga Árabe lançou um alerta desde a representação da ONU em Genebra afirmando que as repetidas incursões são “provocações aos muçulmanos em todo o mundo e uma violação das leis internacionais e agridem as possibilidades de paz na região”.

A Liga Árabe solicitou que todos os Estados e instituições internacionais intervenham de imediato para parar a agressão e dar proteção ao povo palestino e responsabilizar Israel e seus dirigente por estes crimes.

“Israel não pode ser tratado como um Estado acima da lei o que encoraja este regime a cometer mais crimes”.

O ministério egípcio do Exterior conclamou Israel a parar imediatamente parar com suas ações provocativas que apenas levam a inflamação dos sentimentos e a um crescente estado de tensão nos territórios palestinos sob ocupação, colocando em risco a estabilidade da região.

Cai produção industrial alemã após adesão a sanções dos EUA à Rússia



CEO da Lanxess, disse que Scholz devia “acordar e adotar política digna”

Líderes africanos exigem o fim das barreiras à exportação de grãos por parte da Rússia

Líderes africanos e o presidente russo, Vladimir Putin, pediram à comunidade internacional que tome medidas concretas para remover obstáculos às exportações russas de grãos e fertilizantes, segundo o comunicado conjunto publicado pelo escritório do presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, nesta quinta-feira (3).

De acordo com o documento publicado no site do Kremlin na sexta-feira, a liberação dos grãos e fertilizantes russos reviveria totalmente a Iniciativa de Grãos do Mar Negro, apoiada pela ONU. Os líderes africanos também pediram às Nações Unidas que tomem medidas para a liberação de mais de 200.000 toneladas de fertilizantes russos encalhados nos portos da UE, permitindo a entrega imediata e gratuita aos países africanos, continua o comunicado.

Os líderes africanos que assinaram a declaração conjunta são o presidente da União Africana e das Comores, Azali Assoumani; o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa; o presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso; o presidente do Egito Abdelfattah Sisi; o presidente do Senegal, Macky Sall; o presidente de Uganda, Yoweri Museveni; e o ministro das Relações Exteriores da Zâmbia, Stanley Kakubo, que integram a Iniciativa de Paz Africana.

Durante a cúpula, o presidente Putin disse que apenas dois pequenos carregamentos – das 262.000 toneladas de fertilizantes russos bloqueados na UE – foram enviados para Malawi e Quênia. Mediado com a ajuda da ONU e de Turquia no ano passado, o acordo criou um corredor humanitário através do Mar Negro para permitir que embarques de grãos e fertilizantes deixassem os portos da Ucrânia.

Moscou advertiu repetidamente que suas condições para o acordo, ou seja, a flexibilização das sanções econômicas ocidentais que dificultam a exportação de alimentos e fertilizantes russos, não eram atendidas. A Rússia também criticou o acordo de grãos por não cumprir sua base humanitária, alegando que a maior parte da produção ucraniana foi enviada para nações ricas, em vez de países mais ameaçados pela insegurança alimentar.

Na cúpula, Putin classificou como “pura hipocrisia” a acusação feita por Washington responsabilizando a Rússia pela “fome”, por se retirar do acordo de grãos do Mar Negro. O presidente russo revelou que a Rússia, apesar das sanções, forneceu à África no ano passado 11,5 milhões de toneladas de grãos russos e, nos sete primeiros meses deste ano, quase 10 milhões de toneladas.

Ele lembrou ainda que a participação da Rússia nas exportações globais de trigo é de 20%, em comparação com menos de 5% da Ucrânia.

Já as exportações de grãos da Ucrânia foram desviadas para os países ricos – a ponto de países europeus vizinhos proibirem a entrada de mais levas, considerando concorrência desleal – enquanto que o trigo enviado para Etiópia, Sudão, Somália e outros foi de menos de 3% do total exportado.

Putin revelou que as contrapartidas previstas nos acordos do Mar Negro para os grãos e fertilizantes russos não foram cumpridas. “Nem uma única delas”: nenhuma reconexão do Banco Agrícola Russo ao SWIFT, nenhuma liberação de cargas fixas de fertilizantes, nenhum regulamento para o seguro de navios graneleiros russos.

“Enfrentamos até obstáculos ao tentar entregar fertilizantes minerais gratuitamente aos países mais pobres que precisam deles. Consequimos enviar apenas dois embarques – apenas 20 mil toneladas para o Malawi e 34 mil toneladas para o Quênia, das 262 mil toneladas desses fertilizantes bloqueadas em portos europeus”.

Pacientes são expulsos de hospitais dos EUA por não conseguirem pagar

Jornalistas da emissora de TV Wave3 de Louisville, capital do estado norte-americano do Kentuchy, transmitiram em reportagem as imagens de seguranças do Hospital da Universidade da cidade expulsando uma mulher sem condições de pagar sua consulta, deixando-a no meio da rua.

Nos Estados Unidos não existe um Sistema Único de Saúde, como o SUS no Brasil. As pessoas adoentadas, independentemente da condição social e da gravidade de sua situação, precisam pagar para consultas médicas ou fazer um plano de saúde particular.

Uma funcionária do Hospital da Universidade de Louisville ligou para o canal Wave3 fazendo a denúncia da barbaridade, e relatou que uma paciente havia sido abandonada na calçada.

Veja um registro da barbárie: Essa prática em que funcionários do hospital carregam à força pessoas doentes que não têm dinheiro para arcar com as despesas dos tratamentos feitos nos centros de saúde tem se tornado frequente, e é conhecida como “patient dumping” (“despejo de paciente”).

Os repórteres foram até o local e gravaram um vídeo da mulher desmaiada na rua, ainda

Paciente que estava hospitalizada foi atirada na calçada

Em relatório de 62 páginas denominado “Em pele de ovelha: Hospitais ditos sem fins lucrativos mal regulamentados dos EUA prejudicam o acesso aos cuidados de saúde”, publicado em junho último, a organização Human Rights Watch descreveu como a falta de orientação e supervisão do governo dos EUA permite que hospitais privados isentos de impostos gastem muito menos do que deveriam para tornar os serviços de saúde acessíveis a pessoas sem meios para pagar.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A crise da indústria alemã é consequência da submissão de Berlim às sanções contra o gás russo barato, o que obriga o setor a importar gás norte-americano

“A desindustrialização na Alemanha está começando”, afirmou o presidente executivo (CEO) da empresa alemã Lanxess, Matthias Zachert, descrevendo a situação que a economia de seu país vive devido aos altos preços de energia, provocados pelas sanções dos EUA ao gás da Rússia, e pela queda na demanda.

A empresa química que possui atualmente cerca de 13.200 funcionários em 33 países, inclusive no Brasil, teve que fechar duas de suas fábricas para se manter competitiva por conta de que consome muita energia e pode ser forçada a cortar o número de empregos nas que ficaram ativas.

Entre outras medidas, o conselho de administração decidiu congelar as contratações nas unidades de toda a Europa, reduzir os seus custos em toda a parte; cortar um quarto do salário dos seus membros, reduzir significativamente as bonificações e adiar os investimentos previstos no valor de 50 milhões de euros.

Os acionistas da Lanxess foram informados em junho que apenas 600-650 milhões de euros em receita podem ser esperados este ano, em vez dos 850-950 milhões de euros inicialmente previstos. “Estamos ‘queimando dinheiro’ há algum tempo e não esperamos que isso mude”, disse o empresário.

Zachert culpou as políticas do Estado por esta situação. “Isso põe seriamente em risco a prosperidade alemã e a segurança social do povo no médio e longo prazo”, disse ele ao pedir ao governo de Olaf Scholz que “acordasse” e adotasse uma política econômica digna.

RECESSÃO

A crise que está se generalizando na economia alemã é a consequência direta da decisão de Berlim de obedecer às sanções dos EUA contra a Rússia – ou seja, trocar o gás russo barato por gás de fracking norte-americano caro, minando a indústria alemã – que empurra a principal potência industrial europeia para a recessão.

O PIB alemão contraiu nos primeiros três meses deste ano pelo segundo trimestre consecutivo, constatando-se, portanto, uma recessão, de acordo com o bureau alemão de estatística, Destatis.

Os grandes clientes da Lanxess também produzem menos do que esperavam originalmente e, portanto, compram menos precursores químicos. Este dado coincide com o último relatório do Instituto de Pesquisa Econômica da Alemanha (IFO) sobre a indústria química, divulgado na sexta-feira (04), segundo o qual as empresas declaram uma procura de precursores químicos mais fraca. Não havia tanto pessimismo no setor desde a crise financeira de 2014.

Outros produtores do setor químico também estão passando por situações semelhantes, informou o jornal Frankfurter Allgemeine. O grupo multinacional Evonik vai abster-se de contratar novos funcionários até o final deste ano, além de reduzir significativamente os orçamentos de viagens e custos de consultoria, o que deve economizar 250 milhões de euros este ano. Por sua vez, a fabricante de plásticos Covestro está mudando toda a sua estrutura de custos.

As pressões de Washington para atrair aos EUA setores da indústria alemã estão se concretizando. De acordo com um estudo do Instituto Econômico Alemão (IW), que o jornal líder de negócios alemão Handelsblatt noticiou, ao longo de 2022 saiu da Alemanha um investimento direto líquido de US\$ 132 bilhões. Isso significa que os investimentos externos na Alemanha foram menores do que os investimentos de empresas alemãs e capital alemão no exterior. Foi a maior saída de capital entre os 46 países incluídos no estudo.

“Os enormes encargos de custos causados pelos preços de energia e materiais que são muito altos estão tendo um efeito”, disse Patrik-Ludwig Hantzsch, chefe de pesquisa econômica da Creditreform cuja principal atividade é a cobrança de dívidas.

“A inflação desestabiliza os consumidores e desacelera significativamente o ânimo de compra”, explicou Hantzsch. A inflação voltou a subir de 6,1% para 6,4%, sendo que a inflação alimentar ultrapassa 14%.

Obrador responsabiliza o governo do Texas pela morte de imigrantes

O presidente do México, López Obrador, responsabilizou a perversidade e o oportunismo do governador do Texas, Greg Abbott, pela morte de mais dois imigrantes nas águas do Rio Grande, após instalação do muro de boias e de quilômetros farpados na fronteira com os EUA. A medida viola tratados bilaterais de águas e direitos humanos entre os dois países.

“Tudo isso que está acontecendo é muito desumano. Não dá para debater com quem não tem conhecimento da condição humana, não sabe o motivo da migração ou, mesmo que saiba, não se importa. Agem de maneira desumana e imoral”, afirmou Obrador. Para o líder mexicano, são “propaganda e política” do governador, que busca apoio para sua candidatura presidencial pelo Partido Republicano a partir de um rígido controle de fluxos migratórios.

“Acho que suas igrejas vão questionar eles, seus pastores, evangélicos, padres católicos, seus irmãos religiosos, porque além de agirem como maus governos e maus cidadãos, eles também estão agindo como maus cristãos”, frisou Obrador.

Na avaliação do presidente, a realidade vai se impondo e fazendo as pessoas perceber, com seus atos, que “são contrários à fraternidade, ao amor, ao próximo”. Sobre o fato de um dos dois migrantes que morreram afogados próximos à boia, o líder mexicano apontou que foi informado na quinta-feira pelo Ministério das Relações Exteriores (SRE) e pelo Instituto Nacional de Migração (INM)

de que o corpo pertencia a um jovem hondurenho. “É muito triste, porque até uma mãe reconhece seu filho e é um jovem que é identificado de Honduras”, descreveu. A mãe estava internada em um abrigo mexicano e indicou que as tatuagens em seu corpo correspondiam a um jovem de somente 20 anos.

As autoridades do Estado mexicano de Coahuila explicaram que devido ao estado de decomposição do corpo, não podiam “confirmar sua identidade até que seja realizada uma perícia de impressões digitais, para compará-las com as fornecidas pelo Consulado de Honduras”.

A identidade da segunda pessoa encontrada morta na área do muro flutuante “permanece desconhecida”. O fato, detalharam as autoridades mexicanas, é que “não possuía qualquer documento de identificação e, também, não foi reclamado”.

“O México reitera que a instalação do referido muro de boias de arame viola nossa soberania e impacta a segurança, a integridade e os direitos humanos dos migrantes, e que é uma ação que não corresponde à estreita relação que os governos dos EUA e do México têm mantido”, concluiu o comunicado do Ministério das Relações Exteriores..

Pressionado, o embaixador dos Estados Unidos no México, Ken Salazar, reconheceu que as boias são “ilegais”. “O que o Texas está fazendo é ilegal, mas também está tornando o fenômeno migratório um fenômeno político e não humanitário e econômico”, salientou Salazar.



Anthony Albanese e Ato em defesa de Assange (Fotocomposição Democracy Now)

Premier australiano condena processo dos EUA para extradição do jornalista Assange

O primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, disse na terça-feira (1) que continuará a pressionar os EUA para que cessem o processo de extradição contra o fundador do WikiLeaks, o jornalista Julian Assange. “Isso já dura muito tempo. Já chega”, disse Albanese a repórteres. “Permanecemos muito firmes em nossa visão e em nossas representações ao governo americano e continuaremos a fazê-lo.”

Mais famoso preso político do planeta, Assange está prestes a ser extraditado pelas autoridades britânicas para um cárcere da CIA de segurança máxima, condenado a até 175 anos por ter exposto ao mundo os arquivos do Pentágono com os crimes de guerra no Iraque e Afeganistão e a tortura em Guantánamo, tudo sob a famigerada “lei de espionagem”.

Lei, aliás, criada em 1917 para punir, nos EUA, os que eram contra a entrada na Iª Guerra Mundial e jamais usada contra um jornalista. Recente pesquisa de opinião mostrou que 79% dos australianos querem que Assange seja libertado.

No sábado, em visita à Austrália, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, rechaçou encerrar a perseguição ao jornalista australiano. Em maio Albanese disse à emissora australiana ABC que o caso Assange precisava “ser levado a uma conclusão” e que seu governo estava “trabalhando por meio de canais diplomáticos” para resolver a situação com Washington.

Ao lado do ministro das Relações Exteriores da Austrália, Penny Wong, Blinken insistiu em que as supostas ações de Assange “arriscaram danos muito sérios à nossa segurança nacional, em benefício de nossos adversários, e colocaram fontes humanas nomeadas em grave risco de danos físicos e grave risco de detenção”. O que sabidamente é mentira, já que sequer foi sustentada pelo Pentágono no julgamento da denunciante Chelsea Manning, ainda no governo Obama.

A declaração de Blinken foi “consistente com o que tem sido a posição americana” em particular, reconheceu Albanese na terça-feira. No entanto, ele disse que não abandonaria o assunto com seus parceiros norte-americanos.

A perseguição é ainda mais absurda porque Assange divulgou os documentos junto com os principais jornais do mundo, não é norte-americano, é australiano, e nada fez em território norte-americano.

O que torna qualquer um passível, em qualquer lugar do mundo, de ser acusado sob a lei de espionagem norte-americana por mostrar a verdade que Washington deseja esconder.

Como, no caso, o massacre por um helicóptero Apache em 2007 de uma dezena de civis desarmados em Bagdá, inclusive dois jornalistas da Reuters, filmado pelos próprios assassinos, até aqui absolutamente impunes. O vídeo tornou-se conhecido como “assassinato colateral”.

Assange está detido na prisão de segurança máxima de Belmarsh, considerada a Guantánamo britânica há quatro anos, depois de ter sido expulso da embaixada do Equador em Londres, sob operação desencadeada pelo regime Trump, que levou o então presidente Lenin Moreno a trair o asilo concedido pelo antecessor, Correa. A CIA espionou Assange dentro da própria embaixada, conforme tribunal espanhol.

Segundo o relator especial da ONU, Nils Melzer, a perseguição de quase uma década a Assange equivaleu à tortura, em que foram cúmplices os governos dos EUA, Grã Bretanha e Suécia. Ainda, por duas vezes, autoridades norte-americanas avaliaram assassinar Assange.

A juíza do caso chegou a negar a extradição, por considerar que a vida de Assange estaria em risco em uma prisão de segurança máxima norte-americana, apesar de praticamente concordar com todas as alegações de Washington.

Mas, de forma incomum – a dúvida deve favorecer o réu -, a sentença foi derrubada pela instância superior; após promessas inossas e vagas ditas por Washington depois da sentença. A extradição foi aprovada em 2020 pela então secretário de Interior do Reino Unido, Priti Patel. Em junho, a defesa entrou com um recurso final contra decisão e poderá apelar ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

No mundo inteiro, em atos públicos e outros protestos, se denuncia que “jornalismo não é crime” e se exige “libertem Assange”.

Três parlamentares australianos reagiram às declarações de Blinken, considerando-as patentemente “absurdas”. “Se os EUA não estivessem obcecados com a vingança, retirariam a acusação de extradição o mais rápido possível”, disse Andrew Wilkie.

“O Sr. Blinken estaria bem ciente das investigações tanto nos Estados Unidos quanto na Austrália, que concluíram que as divulgações relevantes do WikiLeaks não resultaram em danos a ninguém”, disse Wilkie.

Leia mais no site do HP

“Biden pode começar a Terceira Guerra Mundial”, diz Oliver Stone



Biden segue um curso que pode levar ao confronto militar com a Rússia, afirma Stone

China supera EUA em 12 tecnologias críticas, destaca ex-subsecretário do Pentágono

O rápido crescimento tecnológico da China representa uma ameaça à base industrial de defesa dos EUA, cuja taxa de patentes estagnou nos últimos anos, revelou um estudo da empresa de pesquisa Govini, que tem como presidente o ex-subsecretário da Defesa, Bob Work.

O estudo aponta que em 12 áreas de tecnologias críticas a China segue ultrapassando Washington, apesar de quase US\$ 200 bilhões em gastos do governo dos EUA em tecnologias-chave no ano fiscal de 2022.

São elas: Biotecnologia; Supercomputação; Modernização nuclear; Tecnologia Espacial; Inteligência Artificial; Comunicações Avançadas; Fabricação Avançada; Hipersônicos; Microeletrônica; Energia Renovável; Materiais Avançados; e Energia Direcionada.

Govini alertou que em 2022 em todos os subsegmentos críticos de tecnologia a China ultrapassou os EUA em patentes concedidas. Desde 2018, o número total de patentes do país asiático vem aumentando constantemente e agora está em seu ritmo mais alto. Em comparação, o nível de patentes dos EUA em todos os subsegmentos de tecnologia crítica, com exceção da modernização nuclear, diminuiu nos últimos anos.

“As patentes são um indicador importante do domínio tecnológico no futuro. Elas são a semente para fazer novas descobertas que o colocam no topo da cadeia alimentar competitiva. Isso é o que



China avança enquanto EUA fica estagnado em patentes referentes a tecnologia de ponta

maior me assusta porque a China está se saindo muito melhor do que nós em termos do número total de patentes”, disse Work, ex-subsecretário de Defesa, agora presidente da Govini, citado pelo portal Defense News.

Alem disso, nessas 12 tecnologias críticas analisadas pelo estudo, os fabricantes e desenvolvedores norte-americanos são altamente dependentes de suprimentos chineses, segundo a diretora-executiva da Govini, Tara Dougherty.

“Como país, temos uma enorme dependência de todos os programas e atividades federais que abrangem essas 12 áreas de tecnologia em nosso maior concorrente geopolítico: a China”, disse ela.

Naturalmente, a desinteressada análise também tem o objetivo óbvio de sugerir que Washington, que já dis-

tribui dinheiro em escala descomunal para o Pentágono, aumente o jorro de dinheiro para armamentos e a tecnologia neles embutida.

Assim, na Cúpula de Segurança e Inteligência Nacional dos EUA no mês passado, o senador Mark Warner alertou que “se não investirmos mais, de semicondutores a capacidades aéreas, [inteligência artificial], análise quântica, biologia, energia avançada” e, se a China as dominar, “representará uma ameaça à segurança nacional tanto em termos de sua capacidade de espalhar sua influência ou, francamente, de nos desligar”.

Como é público e notório, não partiu da China a guerra tecnológica, mas sim, de Washington, que tenta manter à tona o mundo unipolar sob regras de seu império financeiro-militar, visivelmente falido.

“Não esquecemos a contribuição da Rússia à liberdade da África”, diz filho de Lumumba

Apesar de todos os esforços da mídia ocidental, os africanos respeitam e simpatizam com a Rússia porque a União Soviética ajudou várias nações do continente a se livrar dos grilhões do colonialismo, disse à RT Roland Lumumba, diretor da Fundação Patrice Emery Lumumba e filho do líder congolês assassinado pelos colonialistas e pela CIA em 1961.

“Com a Rússia, tudo o que aconteceu foi em pé de igualdade”, disse Roland Lumumba. “Não esquecemos que [a URSS] contribuiu para a nossa liberdade, ajudou alguns países africanos a libertarem-se do estatuto de colônias que então tinham.”

Ele assinalou que as relações entre a África e o Ocidente ainda estão contaminadas pelo colonialismo. “Cooperamos”, disse ele, “mas não como iguais”.

Patrice Lumumba, o primeiro primeiro-ministro da República Democrática do Congo em 1960, ex-colônia belga rica em riquezas minerais, recebeu a ajuda da União Soviética quando os colonialistas e separatistas atentaram contra a libertação do país, depois de EUA e a ONU recusarem pedido de apoio. Lumumba foi deposto em um golpe, aprisionado, torturado e assassinado e teve seu corpo dissolvido. Ele continua sendo um ícone do pan-africanismo e do anticolonialismo, e seu filho acredita que sua aproximação com a URSS forjou uma ligação permanente entre a Rússia e o Congo que persiste até hoje. Como acontece em ou-



Roland Lumumba deu entrevista à RT (Kenzo Tribouillard)

tros países africanos – como Moçambique e Angola – que a União Soviética apoiou durante a luta pela descolonização, assim como a África do Sul sob o apartheid.

“Se falarmos sobre a parte francófona da África, sobre a mídia que tem muita influência, que é ouvida, então eles são pelo menos 90% da mídia ocidental”, afirmou Roland Lumumba. “A atitude deles em relação à cooperação [com a Rússia] é, obviamente, hostil, mas o homem comum não experimenta essa hostilidade.”

“Apesar da propaganda que é feita em África contra os russos, nota-se que não atinge as pessoas como se pretendia”, disse. Lumumba

conversou com a RT à margem da segunda Cúpula Rússia-Africa em São Petersburgo, que terminou na sexta-feira (28).

A cúpula foi concluída com a adoção de um documento de 74 pontos que descreve as principais áreas de cooperação com Moscou, desde comércio e segurança até energia nuclear e mudança climática. A Rússia também manifestou seu apoio ao ingresso da União Africana como integrante pleno do G20 (como já acontece com a União Europeia). A Rússia também se comprometeu em enviar gratuitamente entre 25.000 e 50.000 toneladas de grãos para Burkina Faso, Zimbábue, Mali, Somália, República Centro-Africana e Eritreia.

Para o premiado cineasta norte-americano, se os EUA não mudarem sua política – o que considera a parte mais difícil de fazer – estarão realmente à beira do colapso e vão causar grande dano a si mesmos

O presidente dos EUA, Joe Biden, está seguindo um curso “suicida” na Ucrânia e pode “estupidamente levar os EUA a um confronto” com a Rússia, afirmou o laureado cineasta Oliver Stone ao podcast Stay Free, do comentarista britânico Russell Brand, na sexta-feira (28).

“Esta é uma possível Terceira Guerra Mundial”, advertiu Stone. “De certa forma, é a mesma situação da Primeira Guerra Mundial. A estupidez das alianças, os medos e as fobias reprimidas”.

O cineasta atribuiu o conflito na Ucrânia ao “movimento neocon que iniciou a guerra no Iraque” e ainda ocupa cargos de destaque no governo de Biden. Ele descreveu o presidente norte-americano como um “velho guerreiro frio” que odeia a velha União Soviética, que ele confunde com a não comunista Federação Russa.

Parece, disse Stone, que Biden está arrastando os EUA para um confronto com uma potência que não recua: “Estas são as fronteiras [da Rússia] e seu mundo. E a Otan invadindo a Ucrânia. Essa é uma história totalmente diferente.”

Para Stone, se os EUA não mudarem suas políticas e pensamento – o que ele considera a coisa mais difícil de fazer – eles estão realmente à beira do colap-

so e causarão um grande dano a si mesmos.

Em 2016, Stone produziu o documentário “Ucrânia em chamas”, no qual detalha o papel dos Estados Unidos na derrubada do presidente ucraniano eleito democraticamente, Viktor Yanukovych, em 2014. O filme critica duramente a expansão da Otan para o leste, o apoio de Washington aos neonazistas ucranianos e a limpeza étnica contra os russos étnicos de Donetsk e Lugansk desencadeada pelo regime instaurado pelo golpe em Kiev.

Para o apresentador Brand, o golpe de Euro-maidan “foi um plano de longo alcance para invadir a Federação Russa”, opinião que Stone tem endossado desde o lançamento de “Ucrânia em Chamas”. “Desde 2014, a Ucrânia passou de neutra a anti-russa e isso perturbou o equilíbrio”, disse ele ao jornal sérvio Politika em dezembro, acrescentando que “toda guerra tem causas e consequências”.

Stone admitiu ter sido “um erro” ter votado em Biden nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos. Ele disse que pensou que Biden, mais velho, agiria com mais calma e gentileza. Agora ele vê Biden como um homem que pode não ser responsável por seu próprio governo. “Quem sabe?”

Trump ameaça testemunhas e procurador especial toma providências junto à Justiça

Promotoria dos Estados Unidos apresentou um pedido de ordem de proteção contra Donald Trump para impedi-lo de praticar intimidação de testemunhas. A medida foi solicitada pelo procurador especial Jack Smith à juíza Tanya Chutkan, do Tribunal Distrital de Washington, após uma publicação do ex-presidente nas redes sociais em tom de ameaça aos envolvidos nos processos em que é réu.

“Se você vier atrás de mim, eu vou atrás de você!”, escreveu Trump, em letras maiúsculas, na sua rede Truth Social, na última sexta-feira – um dia depois de se declarar inocente de acusações sobre ter realizado uma conspiração criminoso para tentar reverter sua derrota para Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020, e de ser alertado por uma juíza de que ameaçar ou intimidar testemunhas era um crime.

“Se o réu começasse a emitir postagens públicas usando detalhes – ou, por exemplo, transcrições do grande júri – obtidos na fase pré-julgamento, isso poderia ter um efeito prejudicial para as testemunhas ou afetar adversamente a administração justa da justiça neste caso”, escreveram os promotores assistentes Molly Gaston e Thomas Windom, que trabalham na equipe liderada pelo promotor especial Jack Smith.

“Tal restrição é particularmente importante neste caso porque o réu já emitiu declarações públicas agressivas nas mídias sociais sobre testemunhas, juízes, advogados e outros associados a questões legais pendentes contra ele”, acrescentaram.

Sob o processo conhecido como “descoberta”, os promotores são obrigados a fornecer aos réus as provas contra eles para que possam preparar sua defesa.

“Isso pode ter um efeito prejudicial para as testemunhas ou afetar adversamente a justa administração da justiça neste caso”, escreveram os promotores, observando que o magnata

já havia atacado juízes, advogados e testemunhas em outros casos contra ele.

No final do dia, Trump apareceu diante de seus apoiadores no Alabama, chamando as acusações contra ele de “um ato de desespero de um fracassado, desonroso e desonesto Joe Biden e seus bandidos radicais de esquerda para preservar seu controle do poder”.

Ameaças de morte contra juízes e promotores tem sido cada vez mais frequentes, enquanto o ex-presidente alimenta a narrativa de que é alvo de uma caça às bruxas, executada por um Departamento de Justiça instrumentalizado pela Casa Branca de Joe Biden.

Responsável pela acusação mais recente contra Trump, o promotor especial Jack Smith, fez um breve pronunciamento sobre o caso, na terça-feira, acompanhado por três seguranças, apresentando uma moção instando a juíza Tanya Chutkan, do Tribunal Distrital de Washington, a entrar com uma ordem de proteção para impedir essa potencial intimidação de testemunhas pelo ex-presidente norte-americano por meio de possível divulgação inadequada de detalhes sobre o caso antes do julgamento.

Em Nova York, o promotor Alvin Bragg, que lidera as investigações sobre fraudes fiscais das Organizações Trump e o suborno a uma ex-atriz pornô antes das eleições de 2016, recebeu uma carta com ameaças de morte contendo pólvora — horas depois de uma postagem do ex-presidente alertar sobre “potencial morte e destruição” se ele fosse indiciado.

Plataformas de mídia de extrema direita como The Donald e 4chan têm desde então lançado ataques racistas e violentos contra Bragg, que é negro, e apela do para “guerra”, “guerra civil”, “assassinatos”, “terrorismo” e “caos”. Houve também ameaças de morte contra o Procurador-Geral dos EUA Merrick Garland.

Hiroshima: assassinato em massa premeditado pela Casa Branca

“Despejada há 78 anos sobre a cidade, ela [a bomba] foi justificada pelas mentiras. As mesmas que constituem a base da propaganda de guerra da América no século XXI, lançando um novo inimigo e alvo – a China”

John Pilger, jornalista australiano radicado no Reino Unido, autor de diversos livros e filmes com denúncias contundentes dos crimes do imperialismo em várias partes do mundo, nos brinda com esse artigo de denúncia da bomba, publicado originalmente no Consortium News, sobre os 75 anos da destruição de Hiroshima. Republicamos o texto neste 6 de agosto por sua importância e atualidade.

Ele chama o episódio macabro de 6 de agosto de 1945 de “assassinato em massa”, que foi premeditado pelo governo norte-americano. Pilger lembra que os crimes contra as populações indefesas das Ilhas Marshal continuaram



a ser cometidos mesmo depois de encerrada a guerra, com os testes nucleares levados a cabo pelas autoridades da Casa Branca. O jornalista alerta ainda, em seu artigo, para a nova “empreitada guerreira”, agora contra a potência asiática representada pela China Socialista.

Outra Hiroshima aproxima-se. Se não a travarmos já

JOHN PILGER

Hiroshima e Nagasaki foram atos de assassinato em massa premeditados que deram início a uma arma de criminalidade intrínseca. Foram justificadas por mentiras que constituem o fundamento da propaganda de guerra dos EUA no século XXI, lançando um novo inimigo e alvo – a China.

Quando em 1967 fui pela primeira vez a Hiroshima, a sombra sobre os degraus ainda estava ali. Era uma impressão quase perfeita de um ser humano em descanso: pernas estendidas, cabeça inclinada, uma mão ao seu lado enquanto aguardava a abertura de um banco.

As oito e quinze na manhã de 6 de Agosto de 1945, ela e a sua silhueta foram queimadas no granito.

Olhei para a sombra durante uma hora ou mais, depois desci até o rio onde os sobreviventes ainda viviam em barracas.

Encontrei um homem chamado Yukio, cujo tórax fora gravado com o padrão da camisa que estava usando quando a bomba atômica foi lançada.

Ele descreveu um enorme clarão sobre a cidade, “uma luz azulada, algo como um curto-circuito elétrico”, após o qual o vento soprou como um tornado e caiu chuva negra. “Fui atirado ao chão e reparei que apenas os caules das minhas flores tinham ficado. Tudo estava parado e silencioso e, quando me levantei, havia pessoas nuas, sem nada dizer. Algumas delas não tinham pele nem cabelo. Eu tinha a certeza de estar morto”.

Nove anos mais tarde, voltei a procurá-lo e ele havia morrido de leucemia.

Só um repórter, Wilfred Burchett, um australiano, enfrentou a perigosa jornada até Hiroshima no rescaldo imediato do bombardeio atômico, desafiando as autoridades de ocupação Aliadas, as quais controlavam o “pacote da imprensa”.

“Escrevo isto como uma advertência ao mundo”, relatou Burchett no London Daily Express de Londres em 5 de Setembro de 1945. Sentado nos escombros com a sua máquina de escrever, Baby Hermes descreveu as enfermarias do hospital cheias de pessoas sem lesões visíveis que estavam morrendo do que ele denominou “uma

praga atômica”.

Por isso, a sua credencial de imprensa foi retirada, ele foi posto no pelourinho e enlameado. O seu testemunho da verdade nunca foi perdoado.

O bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki foi um ato de assassinato em massa premeditado que desencadeou uma arma de criminalidade intrínseca. Ela foi justificada pelas mentiras que constituem a base da propaganda de guerra da América no século XXI, lançando um novo inimigo e alvo – a China.

Durante os 75 anos desde Hiroshima, a mentira mais duradoura é que a bomba atômica foi lançada para acabar com a guerra no Pacífico e poupar vidas.

“Mesmo sem os ataques por bombardeio atômico”, concluiu o United States Strategic Bombing Survey de 1946, “a supremacia aérea sobre o Japão poderia ter exercido pressão suficiente para provocar a rendição incondicional e evitar a necessidade de invasão. Com base numa investigação pormenorizada de todos os fatos e apoiada pelo testemunho dos líderes japoneses sobreviventes envolvidos, é opinião do Inquérito que ... o Japão ter-se-ia rendido mesmo se as bombas atômicas não tivessem sido lançadas, mesmo se a Rússia não tivesse entrado na guerra [contra o Japão] e mesmo se nenhuma invasão tivesse sido planejada ou contemplada”.

Os Arquivos Nacionais em Washington contêm documentadas tentativas de paz por parte dos japoneses já em 1943. A nenhuma foi dado seguimento. Um telegrama enviado em 5 de maio de 1945 pelo embaixador da Alemanha em Tóquio e interceptado pelos EUA deixou claro que os japoneses estavam desesperados a rogar por paz, incluindo “capitulação mesmo se os termos fossem duros”. Nada foi feito.

O secretário da Guerra dos EUA, Henry Stimson, disse ao presidente Truman que estava “temeroso” de que a US Air Force tivesse bombardeado tanto o Japão que a nova arma não seria capaz de “mostrar a sua força”. Stimson admitiu mais tarde que “nenhum esforço foi feito e nenhum foi seriamente considerado, para conseguir a rendição simplesmente a fim de não ter de usar a bomba [atômica]”.

Os colegas de política ex-



Nerje Joseph, habitante das Ilhas Marshall, com uma foto sua tirada em criança, logo após a explosão da Bomba H em março de 1954

terna de Stimson – olhando mais adiante para a era do pós-guerra que estavam então a moldar “à nossa imagem”, como o famoso planejador da Guerra Fria, George Kennan, afirmou – deixaram claro estavam ansiosos “por intimidar os russos com a bomba [atômica] que mantinham ostensivamente a tiracolo”. O general Leslie Groves, diretor do Projeto Manhattan que fabricou a bomba atômica, testemunhou: “Nunca houve qualquer ilusão da minha parte de que a Rússia era nossa inimiga e que o projeto foi conduzido com base nisso”. No dia seguinte à destruição de Hiroshima, o presidente Harry Truman manifestou a sua satisfação com o “sucesso esmagador” do “experimento”.

O “experimento” continuou muito depois de a guerra terminar. Entre 1946 e 1958, os Estados Unidos explodiram 67 bombas nucleares nas Ilhas

Marshall no Pacífico: o equivalente a mais do que uma Hiroshima todos os dias durante 12 anos.

As consequências humanas e ambientais foram catastróficas. Durante a filmagem do meu documentário, The Coming War on China, fretei um pequeno avião e voei para o Atoll de Bikini, nas Ilhas Marshall. Foi ali que os Estados Unidos explodiram a primeira Bomba de Hidrogênio do mundo. Ali a terra permanece envenenada. Meus sapatos foram registados como “inseguros” no meu contador Geiger. Palmeiras erguiam-se em formações que não eram deste mundo. Não havia pássaros.

Caminei através da selva até ao bunker de betão onde, às 6h45 da manhã de 1 de Março de 1954, foi premido o botão. O sol, que já se havia levantado, levantou-se novamente e vaporizou uma ilha inteira na laguna, deixando um vasto buraco negro, que visto do ar é um espetáculo ameaçador: um vazio mortal num lugar de beleza.

A precipitação radioativa propagou-se rapidamente e “inesperadamente”. A história

oficial afirma que “o vento mudou subitamente”. Foi a primeira de muitas mentiras, como revelam documentos desclassificados e os testemunhos das vítimas.

Gene Curbow, meteorologista designado para monitorizar o local do teste, disse: “Eles sabiam para onde iria a precipitação radioativa. Mesmo no dia do disparo, ainda tinham oportunidade de evacuar pessoas, mas [as pessoas] não foram evacuadas; eu não fui evacuado... Os Estados Unidos precisavam de algumas cobaias para estudar que efeitos a radiação fariam”.

Tal como Hiroshima, o segredo das Ilhas Marshall foi uma experiência calculada sobre as vidas de um grande número de pessoas. Este foi o Projeto 4.1, que começou como um estudo científico de ratos e se tornou uma experiência sobre “seres humanos expostos à radiação de uma arma nuclear”.

Os ilhéus das Marshall que encontrei em 2015 – tal como os sobreviventes de Hiroshima que entrevistei nas décadas de 1960 e 1970 – sofriam de um conjunto de lesões, habitualmente lesões da tiroide; milhares já haviam morrido. Abortos e natimortos eram comuns; os bebés que viviam estavam muitas vezes horrivelmente deformados.

Ao contrário de Bikini, o atol vizinho de Rongelap não foi evacuado durante o teste de Bomba H. Diretamente na direção do vento de Bikini, os céus de Rongelap escureceram e choveu o que a princípio pareciam ser flocos de neve. Alimentos e água ficaram contaminados; e a população caiu vítima de doenças. Isto é verdade ainda hoje.

Encontrei Nerje Joseph, que me mostrou uma fotografia sua de quando era criança em Rongelap. Ela tinha teríveis queimaduras faciais e grande parte do seu cabelo estava ausente. “Estávamos a banhar-nos no poço no dia em que explodiu a bomba”, disse ela. “Um pó branco começou a cair do céu. Consegui apanhar o pó. Usamos como sabão para lavar o nosso cabelo. Poucos dias depois, meu cabelo começou a cair”.

“Alguns de nós estavam em agonia”, disse Lemoyo Abon. Outros tinham diarreia. Estávamos terrificados. Pensamos que deveria ser o fim do mundo”.

A filmagem do arquivo ofi-

Fotomontagem HP. No destaque, o jornalista John Pilger

cial dos EUA que incluí no meu filme refere-se aos ilhéus como “selvagens dóceis”. Depois da explosão, um responsável da Agência de Energia Atômica dos EUA foi visto a jactar-se de que Rongelap “é de longe o lugar mais contaminado da terra”, acrescentando: “será interessante obter uma medida da absorção humana quando pessoas vivem num ambiente contaminado”.

Cientistas americanos, incluindo médicos, construíram carreiras distintas estudando a “absorção humana”. Lá estão eles a cintilar no filme, nas suas batas brancas, atentos às suas pranchetas. Quando um ilhéu morreu na sua adolescência, a sua família recebeu um cartão de simpatia do cientista que o estudou.

Fiz reportagens de cinco pontos de impacto (“ground zeros”) através do mundo – no Japão, nas Ilhas Marshal, em Nevada, na Polinésia e em Maralinga, na Austrália. Ainda mais do que a minha experiência como correspondente de guerra, isto ensinou-me acerca da crueldade e imoralidade de uma grande potência: ou seja, a potência imperial, cujo cinismo é o verdadeiro inimigo da humanidade.

Isto atingiu-me à força quando filmei no Ground Zero de Taranaki, em Maralinga, no deserto australiano. Numa cratera semelhante a um prato estava um obelisco sobre o qual estava inscrito: “Uma arma atômica britânica explodiu aqui a 9 de Outubro de 1957”. Na borda da cratera estava este sinal:

AVISO: PERIGO DE RADIAÇÃO
Os níveis de radiação durante algumas centenas de metros em torno deste ponto podem estar acima daqueles considerados seguros para ocupação permanente

Tanto quanto a vista podia alcançar, e mais além, o terreno estava irradiado. Plutónio bruto espalhado como pó de talco: o plutónio é tão perigoso para os humanos que um terço de um miligrama dá 50 por cento de probabilidades de câncer.

Continua no site